



26

**CONJUNTURA  
ECONÔMICA  
GOIANA**

---

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES**  
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

---

*Boletim trimestral*  
*Setembro - 2013*

**SEGPLAN**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
Fazendo o melhor pra você.

**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Marconi Ferreira Perillo Júnior

**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

Leonardo Moura Vilela

**CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO**

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

**SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA**

Otávio Alexandre da Silva

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Lillian Maria Silva Prado - Chefe do Gabinete de Gestão

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Superintendente

**CONSELHO EDITORIAL**Edson Roberto Vieira, Eduiges Romanatto, Jeferson de Castro Vieira, Júlio Alfredo Rosa Paschoal,  
Lillian Maria Silva Prado, Murilo José de Souza Pires, Paulo Borges Campos Jr e Sérgio Duarte de Castro.**COORDENAÇÃO**

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

**EQUIPE DE CONJUNTURA**Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Juliana Dias Lopes, Lillian Maria Silva Prado,  
Luciano Ferreira da Silva, Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro e Sueide Rodrigues de Souza Peixoto**CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Jaqueline Vasconcelos Braga

**PUBLICAÇÃO VIA WEB**

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 26 (2004- ).  
Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,  
2014. 62 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338

# Sumário

- 03 Apresentação
- 05 Economia Goiana – segundo trimestre de 2013
- 14 As transformações na avicultura de corte e o uso da ECT no sistema de integração goiano na ótica da empresa
- 25 A coordenação dos agentes nos SAG's e a expansão do setor sucroenergético brasileiro e goiano
- 35 Importância socioeconômica do agronegócio goiano no cenário nacional
- 42 A Problemática das Áreas Verdes na Dinâmica Urbana da Metrópole: O Caso do Jardim Botânico de Goiânia-GO
- 52 Considerações sobre as Políticas Econômicas do Governo de Goiás e suas Consequências no Desenvolvimento do Estado
- 61 Normas para publicação de artigos



## Apresentação

Estamos fechando mais uma edição do Boletim Conjuntura Econômica Goiana, a de número 26. E a satisfação de entregar aos nossos leitores um novo exemplar é sempre renovada.

Nesta edição, mais enxuta, o leitor encontrará cinco artigos, além da análise de conjuntura econômica do 2º trimestre de 2013, como de praxe, elaborada pela equipe de conjuntura do Instituto Mauro Borges. Três artigos versam sobre assuntos que tem ligação com o agronegócio goiano: O primeiro expõe as transformações na avicultura de corte e as características do sistema de integração agroindústrias-produtores, pela ótica da empresa. O artigo seguinte analisa os Sistemas Agroindustriais no entendimento do setor sucroenergético quanto aos limites das estruturas produtivas, considerando a expansão mundial e nacional do setor. E ainda, o terceiro artigo, que enfoca o destaque do agronegócio goiano no cenário nacional.

O quarto artigo desta edição tem como tema áreas verdes e pontua sobre a função do Jardim Botânico localizado na Capital goiana, onde foi constatada constante invasão e, por isso, o consequente distanciamento de sua função original. E, por fim, no artigo *Considerações sobre as Políticas Econômicas do Governo de Goiás e suas Consequências no Desenvolvimento do Estado*, o entendimento do autor é de que obtiveram sucesso as ações governamentais na formulação de políticas econômicas com vistas ao desenvolvimento econômico a partir dos anos 1980.

Assim, com a finalização de mais uma publicação do boletim trimestral, deixamos registrada aqui nossa expectativa de poder continuar contando com os colaboradores na continuidade dessa importante revista, e nossos agradecimentos aos que tornaram possível fechar mais esta edição. Apresentamos agradecimentos também aos membros do Conselho Editorial pela parceria e comprometimento e pelas valiosas contribuições para a constante melhoria desta publicação.



## Economia Goiana – segundo trimestre de 2013

**Equipe de Conjuntura - IMB\***

*Dinamar Maria Ferreira Marques,  
Eduiges Romanatto,  
Juliana Dias Lopes,  
Lillian Prado,  
Luciano Ferreira da Silva,  
Marcos Fernando Arriel,  
Millades Carvalho de Castro,  
Sueide Rodrigues de Souza Peixoto.*

Após um desempenho frustrante (0,6%) no primeiro trimestre de 2013, o PIB brasileiro reagiu diante de estímulos ao investimento e de uma retomada da produção da indústria e cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2013, na comparação com o período imediatamente anterior. Se comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, a expansão do PIB nacional foi 3,3%.

Todos os setores cresceram em relação ao primeiro trimestre, destaque para agropecuária, que cresceu 3,9% no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses do ano e 13% em relação a 2012. A indústria, que vinha patinando nos últimos trimestres, também registrou crescimento: teve expansão de 2% em relação ao 1º trimestre, e de 2,8% em relação ao mesmo período de 2012. O setor de serviços ficou na lanterna, com expansão de 0,8% em relação ao trimestre anterior, e de 2,4% em relação ao mesmo trimestre de 2012.

No contexto de fraco crescimento da economia brasileira, Goiás expandiu 1,5% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo cálculos do Instituto Mauro Borges - IMB/SEGPLAN-GO (Tabela 1). O baixo crescimento do PIB goiano pode ser creditado à agropecuária, que registrou taxa negativa de 3,3% e a indústria, que expandiu apenas 0,9%. O setor de serviços apresentou o melhor desempenho ao expandir 2,5%.

**Tabela 1 - Estado de Goiás: Taxa trimestral (Base: igual período do ano anterior) - %**

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2º Trimestre/13	-3,3	0,9	2,5	1,5
2º Trimestre/12	-3,0	4,7	3,0	2,6
2º Trimestre/11	25,3	5,7	7,1	9,1

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2013.  
Dados sujeito a revisão.

### Agropecuária

O setor agropecuário, formado pela produção agrícola e pecuária, está sempre sujeito a acentuadas oscilações devido ao cenário externo, fatores climáticos e variações nos preços, tanto dos produtos, quanto dos insumos utilizados na produção.

Em Goiás, no segundo trimestre, todos esses fatores de certa forma afetaram negativamente o resultado da agropecuária que apresentou taxa de -3,3%.

Contribuiu para esse resultado a queda na agricultura, em lavouras temporárias (-4,4%), devido à menor produção e baixa atratividade dos preços nas culturas de milho, arroz e feijão. Particularmente no caso do milho, houve perdas também provocadas pela falta de chuva no período de formação do grão. Embora, a produção de soja, cana-de-açúcar e tomate tenha apresentado desempenho positivo, ainda assim

não foram capazes de evitar a queda na atividade.

A safra goiana de grãos, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), posição de julho, recuou 2,3% em 2013 (17,9 milhões de toneladas) devido ao recuo na produção de algodão herbáceo (-36,2%), milho (-15,6%), feijão (-10,2%), e café arábica (-17,8%). Por outro lado, produtos da agricultura goiana como soja e tomate registraram elevação de produção de 6,1% e 10,2%, respectivamente. (Tabela 2).

A pecuária goiana vem apresentando nesses dois trimestres seu comportamento típico, ou seja, crescimento moderado, porém constante. O crescimento no segundo trimestre foi de 1,7%. Todos os rebanhos bovino, suíno e de aves, apresentaram aumento no seu efetivo, assim como a produção de ovos. Em sentido contrário, houve recuo na produção de leite devido ao período de entressafra do produto.

**Tabela 2 – Estado de Goiás: principais produtos agrícolas – 2012-2013**

Produto	2012 (1)			Julho 2013 (1)			Variação % na produção
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (kg/ha)	
Algodão herbáceo	95.930	351.014	3,7	56.822	223.781	3,9	-36,2
Arroz	58.277	181.897	3,1	43.662	149.684	3,4	-17,7
Cana-de-açúcar	732.850	58.348.797	79,6	729.029	59.746.606	82	2,4
Feijão	140.243	335.540	2,4	120.409	301.167	2,5	-10,2
Girassol	16.860	25.705	1,5	3.494	5.490	1,6	-78,6
Mandioca	18.164	299.602	16,5	12.000	199.800	16,7	-33,3
Milho	1.220.964	8.230.149	6,7	1.192.788	6.943.417	5,8	-15,6
Soja	2.665.334	8.374.077	3,1	2.934.953	8.881.167	3	6,1
Sorgo	255.558	850.990	3,3	425.239	1.379.558	3,2	62,1
Tomate	11.830	1.157.076	97,8	15.288	1.275.491	83,4	10,2
Trigo	9.776	42.880	4,4	16.062	80.310	5	87,3

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola- LSPA/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores -2013.

(1) Preliminar



### Indústria

Neste segundo trimestre de 2013, a indústria goiana expandiu 0,9%. O recuo de 14,2% na atividade de eletricidade, gás, água e limpeza urbana (SIUP), foi o principal responsável pela baixa taxa de crescimento do setor. Porém, houve incremento na indústria extrativa mineral (6,7%), na construção civil (5,3%) e na transformação 2,5%.

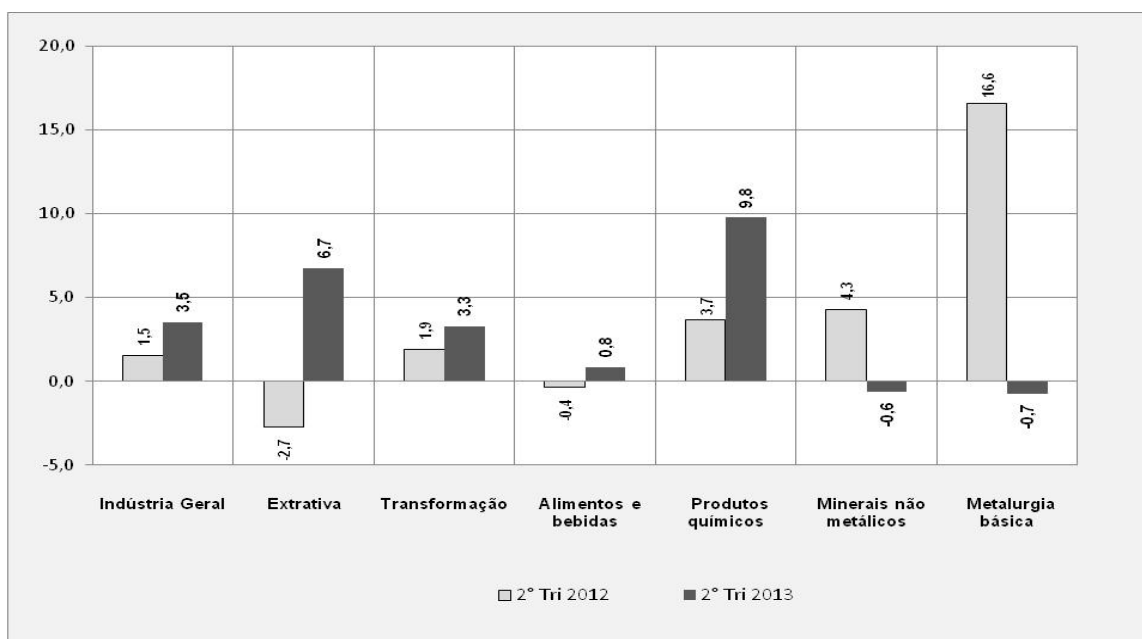
A queda em volume na atividade de SIUP foi devido à diminuição na geração de energia elétrica (-27,4%). Esse recuo deve-se principalmente à diminuição nos reservatórios que vem ocorrendo desde o final de 2012, motivada pela mudança no regime de chuvas ocorrida em Goiás. Ainda assim, o consumo de energia elétrica cresceu 2,1%, na comparação do segundo trimestre de 2013 com o mesmo trimestre de 2012, motivado pela redução da tarifa de energia elétrica.

Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF/IBGE), no segundo trimestre de 2013, a indústria goiana no conjunto (extrativa + transformação) expandiu 3,5% (Gráfico1). A indústria de transformação

cresceu 3,3%, com destaque para o segmento de produtos químicos (9,8%), influenciado pela maior produção de medicamentos; o segmento de alimentos e bebidas também apresentou taxa positiva (0,8%), devido a maior produção de maionese, molhos de tomates preparados, cervejas, chope, refrigerantes, óleo de soja refinado, condimentos e temperos. Nesse tipo de comparação, os segmentos de minerais não metálicos e metalurgia básica apresentaram recuo.

Na construção civil, o indicador trimestral apurou uma taxa de 5,3% para o segundo trimestre de 2013, na comparação com mesmo trimestre e 2012. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), de janeiro a junho de 2013, o estoque de empregados formalizados no setor da construção civil cresceu 11,5%, com acréscimo de 11.202 novos postos de trabalho no mercado goiano. Esse desempenho foi atribuído ao segmento de obras de infraestrutura, com destaque para as obras de construção e manutenção de rodovias, refletindo os investimentos do governo estadual no setor.

**Gráfico 1 - Estado de Goiás: Pesquisa Industrial – 2º Trimestre (Base: Igual período do ano anterior) - %**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores-2013.

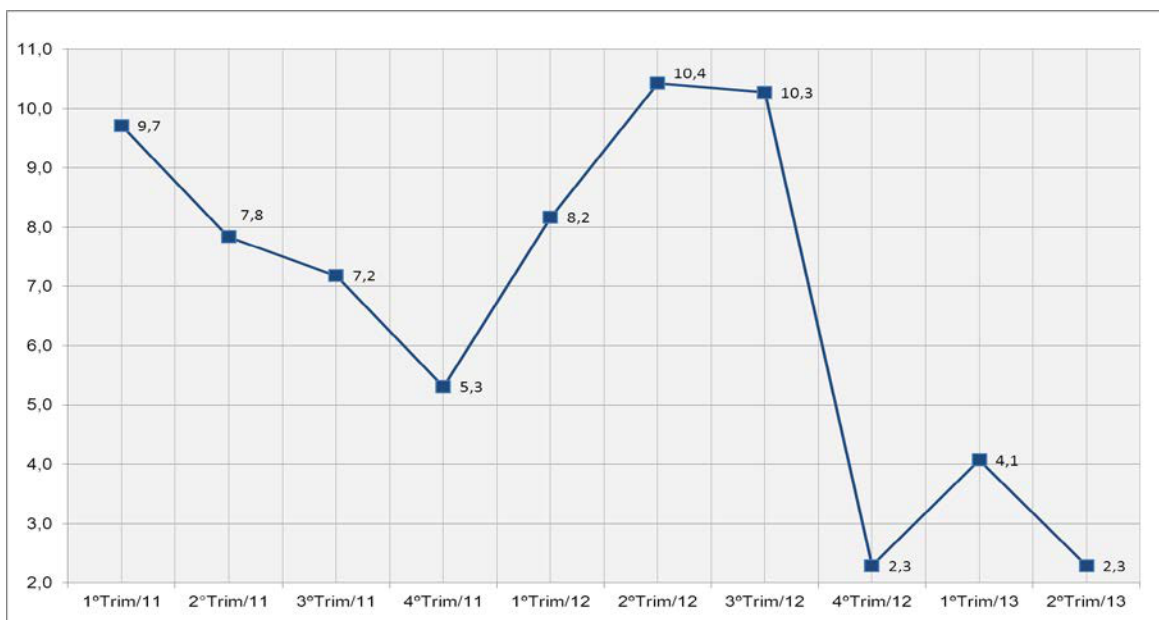
### Serviços

Serviços foi o setor que obteve o melhor desempenho no segundo trimestre de 2013, com crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2012. Os principais avanços ocorreram nos subsetores de transportes, comércio e serviços prestados às empresas. A atividade de transporte apresentou incremento de 20,1%, onde o

modal terrestre foi o destaque. Esse importante incremento nesta atividade sinaliza um cenário otimista para a economia goiana.

O comércio teve incremento de 7,0%. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas do comércio varejista cresceu 2,3% no segundo trimestre de 2013, na comparação com o mesmo trimestre de 2012 (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Estado de Goiás: Pesquisa Mensal do Comércio Varejista (Base: Igual período do ano anterior)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2013.

As maiores variações positivas por segmento comercial no trimestre foram: Tecidos, vestuário e calçados (18,7%), combustíveis e lubrificantes (15,0%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (13,3%). No que tange ao comércio varejista ampliado, o segmento de veículos, motocicletas, partes e peças variou 11,2% e as vendas de materiais de construção cresceram 8,4%, Tabela 3.

Os combustíveis e lubrificantes tiveram crescimento superior ao registrado no mesmo

trimestre de 2012 (4,9%). Uma das razões para o aumento nas vendas e consumo de combustíveis se deve à queda no preço do etanol e da gasolina ao consumidor naquele trimestre, como também o crescimento da frota de veículos.

Os outros dois segmentos de destaque no comércio varejista goiano, no segundo trimestre de 2013, refletem a maior demanda por bens de uso pessoal, puxados pelo aumento da massa salarial e ao acesso ao crédito.

**Tabela 3 - Estado de Goiás: Variação do volume de vendas no comércio varejista**  
 (Base: Igual mês do ano anterior)

Segmento	2º Trimestre de 2012	2º Trimestre de 2013
<b>Comércio Varejista</b>	<b>4,1</b>	<b>2,3</b>
Combustíveis e lubrificantes	4,9	15,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,0	-6,3
Hipermercados e supermercados	-1,2	-6,2
Tecidos, vestuário e calçados	9,4	18,7
Móveis e eletrodomésticos	5,7	5,8
Móveis	-7,7	-12,9
Eletrodomésticos	11,8	12,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,1	13,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	49,8	5,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	<b>-3,1</b>	<b>10,1</b>
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	23,1	2,0
<b>Comércio Varejista Ampliado</b>	<b>8,8</b>	<b>6,5</b>
Veículos, motos, partes e peças	15,0	11,2
Material de construção	6,7	8,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2013.

Quanto ao comércio exterior, o segundo trimestre de 2013 registrou crescimento de 2,4% das exportações em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Com isso, as exportações goianas fecharam o segundo trimestre de 2013 com valor de US\$ 2,019 bilhões. As importações totalizaram US\$ 1,336 bilhão, apresentando recuo de 2,5% em relação ao segundo trimestre de 2012, Tabela 4.

O saldo comercial goiano somou US\$ 683,314 milhões, incremento de US\$ 81,966

milhões em comparação ao segundo trimestre de 2012. Em relação à corrente de comércio, Goiás registrou o montante de US\$ 3,356 bilhões nesse segundo trimestre.

Os principais itens exportados no período foram dos complexos de soja e carne, sendo que neste último, os destaques foram as vendas de carne bovina e aves. Ao passo que nas importações, as maiores compras foram de produtos farmacêuticos, veículos automóveis e adubos e fertilizantes.

**Tabela 4 – Estado de Goiás: Balança Comercial – 2011, 2012 e 2013 - %**

Ano/Mês	Exportação	Importação	Saldo
2º Trimestre 2011	1.571.457	1.325.965	245.493
2º Trimestre 2012	1.971.570	1.370.222	601.349
2º Trimestre 2013	2.019.686	1.336.372	683.315

Fonte: MDIC.

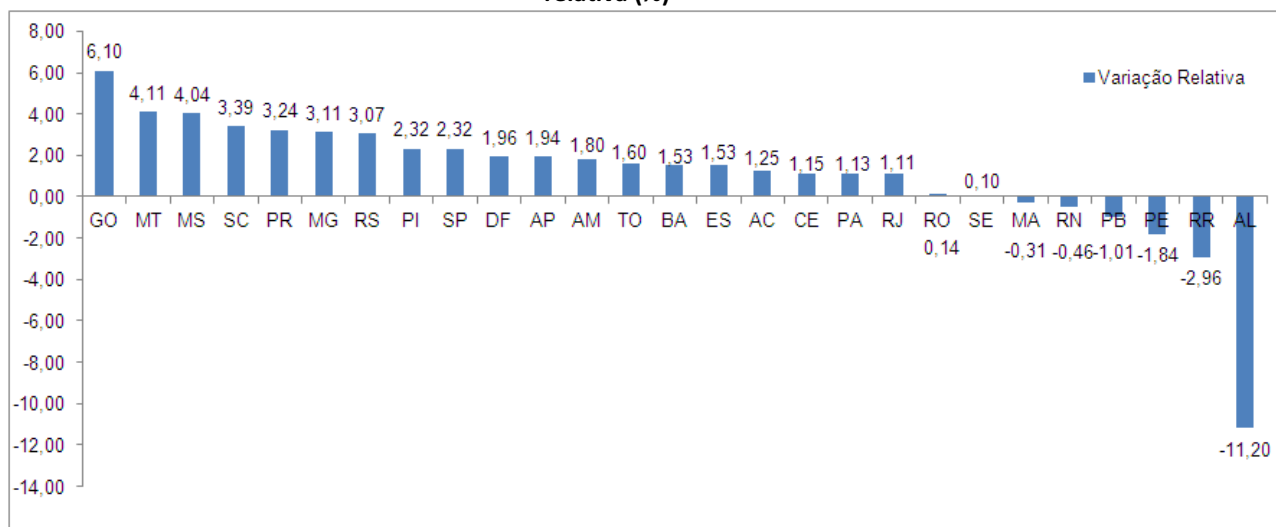
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2013.

### Emprego e Crédito

Segundo o CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego, em Goiás foram gerados 70.148 novas colocações com registro em carteira (ajustado com as declarações entregues pelas empresas

fora do prazo), de janeiro a junho de 2013, representando um acréscimo de 6,1%, superior ao nacional que foi de 2,09%. Este resultado fez com que Goiás alcançasse o primeiro lugar, em termos relativos, e o quinto lugar, em termos absolutos, dentre as vinte e sete Unidades da Federação.

**Gráfico 3 - Evolução do emprego formal nas Unidades da Federação – janeiro a junho de 2013 – Variação relativa (%)**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013.

\* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.

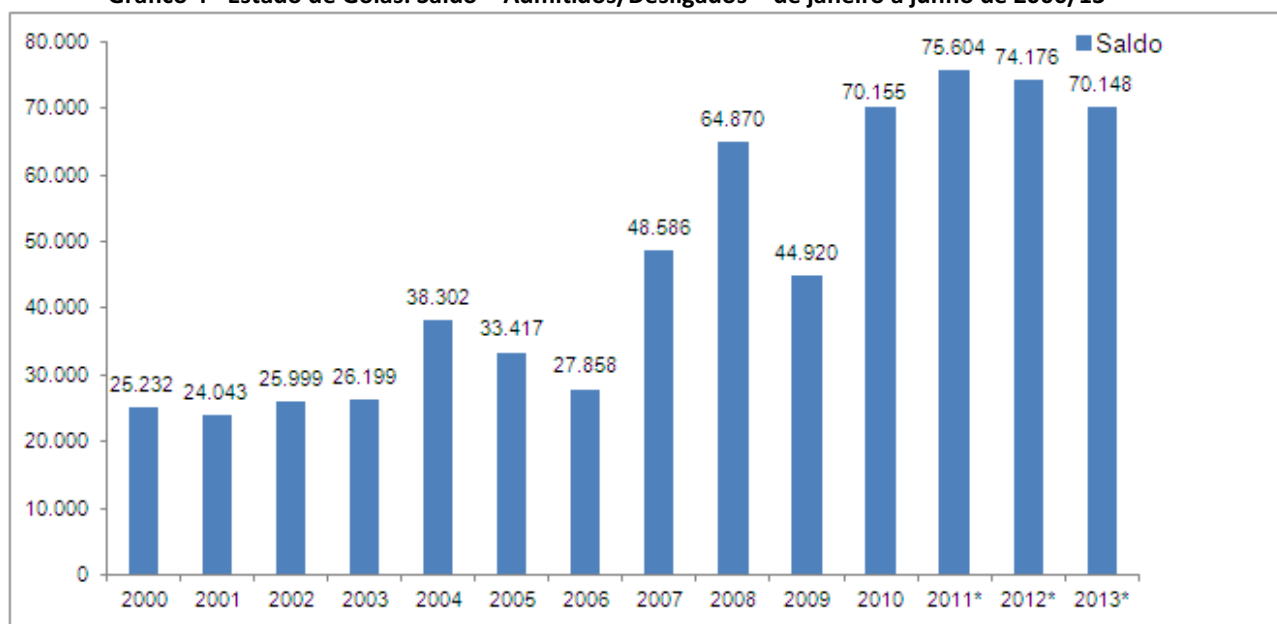
**Tabela 5 - Ranking dos estados: Evolução do emprego formal de jan a junho de 2013**

Ranking	Estados	Vagas geradas
1º	SAO PAULO	290.864
2º	MINAS GERAIS	129.357
3º	PARANA	83.679
4º	RIO GRANDE DO SUL	79.857
5º	<b>GOIAS</b>	<b>70.148</b>
6º	SANTA CATARINA	64.442
7º	RIO DE JANEIRO	42.063
8º	BAHIA	26.640
9º	MATO GROSSO	25.095
10º	MATO GROSSO DO SUL	19.967

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – de janeiro a junho de 2000/13



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais– 2013.

\* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.

Segundo a análise setorial do emprego formal, no primeiro semestre de 2013 a indústria de transformação apresentou o maior saldo, com 23.591 vagas, sendo que os subsetores que mais sobressaíram na geração de emprego foram

os seguintes: produtos químicos, farmacêuticos e veterinários e produtos alimentícios e bebidas. Na sequência, os setores de serviços, construção civil e agropecuária foram os que apresentaram os maiores saldos de emprego (Tabela 6).

Tabela 6 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados principais destaques no 1º semestre/2013

Setores	1º semestre 2013			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição Estoque (%)
<b>Extrativa mineral</b>	<b>1.764</b>	<b>1.265</b>	<b>499</b>	<b>5,37</b>
<b>Indústria de transformação</b>	<b>91.051</b>	<b>69.701</b>	<b>21.350</b>	<b>8,78</b>
Químico, Produtos Farmacêuticos e Veterinários	23.141	11.628	11.513	23,71
Produtos Alimentícios e Bebidas	31.982	26.427	5.555	6,23
<b>Serviço industrial de utilidade pública</b>	<b>2.059</b>	<b>1.519</b>	<b>540</b>	<b>4,98</b>
<b>Construção civil</b>	<b>64.121</b>	<b>52.919</b>	<b>11.202</b>	<b>11,55</b>
<b>Comércio</b>	<b>89.831</b>	<b>86.096</b>	<b>3.735</b>	<b>1,36</b>
<b>Serviços</b>	<b>134.464</b>	<b>113.584</b>	<b>20.880</b>	<b>5,07</b>
Comércio e administração de imóveis	43.672	37.520	6.152	5,98
Alojamento, alimentação	49.314	44.439	4.875	3,05
<b>Administração pública</b>	<b>319</b>	<b>312</b>	<b>7</b>	<b>0,05</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>42.502</b>	<b>30.567</b>	<b>11.935</b>	<b>13,37</b>
<b>Total</b>	<b>426.111</b>	<b>355.963</b>	<b>70.148</b>	<b>6,1</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Lei 4.923/65.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais– 2013.

As operações de crédito do sistema financeiro registraram expansão de 4,5% no segundo trimestre de 2013 e de 18% no semestre, mostrando expansão moderada, se comparado ao ano anterior.

Com base nos dados do BACEN, em junho de 2013 o saldo acumulado do total das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras em Goiás alcançou R\$ 80,2 bilhões. Do total apurado, R\$ 46,8 bilhões (58,4%) referem-se ao saldo das operações de crédito das pessoas físicas, com alta de 5,3% em comparação a março, e de 18,6% em relação a dezembro do ano anterior. Já o saldo das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 33,4 bilhões (41,6% do total), apresentou aumento de 3,4% em relação a março passado e uma elevação de 17,1% em relação ao final de 2012.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás atingiu a média de 3,4% em junho, indicando uma leve redução em

relação ao final do primeiro trimestre deste ano, sendo 4,2% referente às pessoas físicas e 2,2% às pessoas jurídicas. As baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas em honrar seus contratos de crédito. Para o BACEN, a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias, e o saldo total das operações.

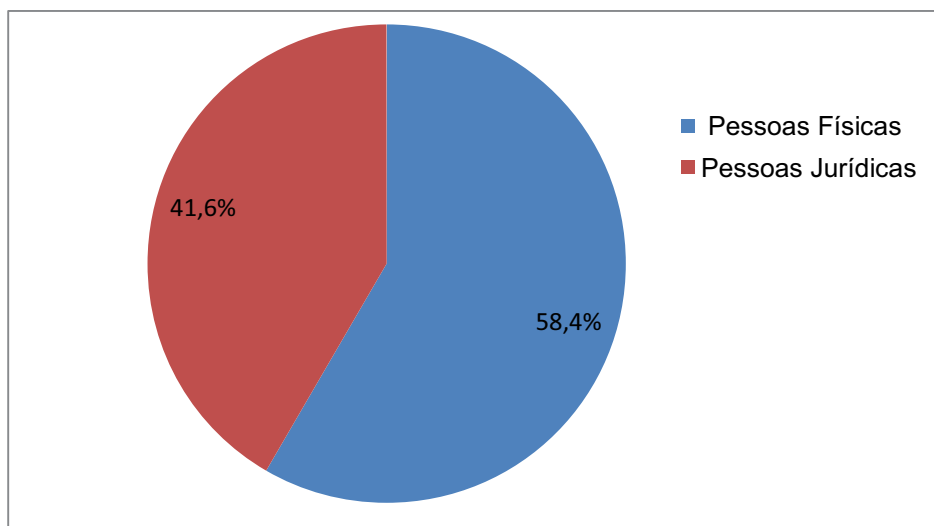
**Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2012/13**

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
jun/12	39,5	28,5	68,0	5,6	3,0	4,5
jul/12	39,9	28,6	68,5	5,6	2,8	4,4
ago/12	40,4	29,1	69,5	5,5	2,9	4,4
set/12	40,7	29,5	70,2	5,5	2,8	4,4
out/12	41,5	29,8	71,3	5,4	3,2	4,5
nov/12	42,1	30,5	72,6	5,2	2,9	4,2
dez/12	43,0	31,2	74,3	5,1	2,8	4,1
jan/13	43,6	31,0	74,6	4,9	2,8	4,0
fev/13	43,9	31,6	75,5	4,8	2,6	3,9
mar/13	44,5	32,3	76,7	4,8	2,5	3,8
abr/13	45,0	33,3	78,3	4,6	2,5	3,7
mai/13	45,9	33,4	79,3	4,5	2,3	3,6
jun/13	46,8	33,4	80,2	4,2	2,2	3,4

Fonte: BACEN

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013.

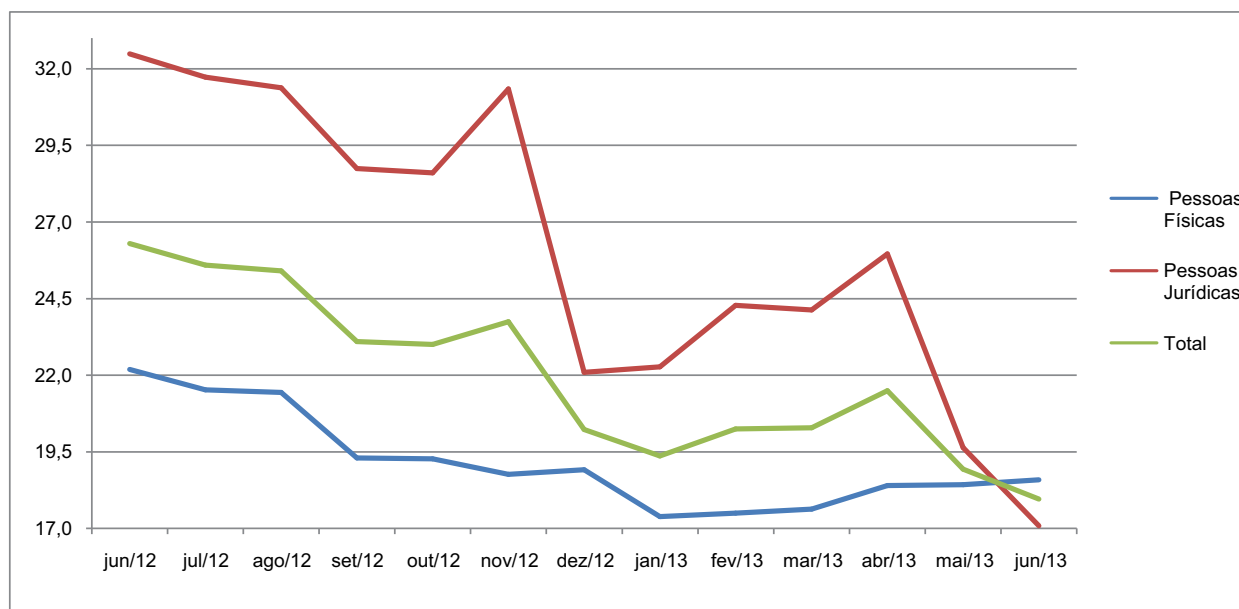
**Gráfico 5 - Estado de Goiás: Participação dos Saldos das Operações de Crédito das Pessoas Físicas e Jurídicas no Saldo Total - Jun/2013**



Fonte: BACEN

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013.

**Gráfico 6 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2012/13**



Fonte: BACEN

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013.

## As transformações na avicultura de corte e o uso da ECT no sistema de inte- gração goiano na ótica da empresa

Antonio Marcos de Queiroz<sup>1</sup>  
Flávia Rezende Campos<sup>2</sup>  
Dyodge Michael da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho buscou demonstrar as transformações na avicultura de corte bem como analisar as características do sistema de integração pela Economia dos Custos de Transação na ótica da empresa. A metodologia contemplou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo por meio de dados coletados. Constatou-se que houve grandes transformações na avicultura de corte mundial, com o desenvolvimento de novas raças, avanço na biotecnologia e aumento do consumo de carne de frango, assim como mudanças no sistema de integração agroindústrias-produtores (eficiência e estabilidade de oferta). Na pesquisa de campo, foram observados os pressupostos da ECT quanto à racionalidade limitada dos integrados, do oportunismo da agroindústria, fortes incertezas e as especificidades dos ativos (aviários e aves). Entretanto, os integrados não conseguem abandonar a atividade devido aos custos irrecuperáveis e a rentabilidade certa e complementar, já que possuem outras atividades nas propriedades.

**Palavras-chave:** Avicultura de corte; Integração; Custos de transação.

### Introdução

A avicultura mundial deixou de ser encarada como uma cultura de “fundo de quintal” e passou a ganhar características mais industriais, sendo produzida e consumida em larga escala a partir da década de 30, processo esse que começou primeiramente em países da Europa e nos Estados Unidos, incentivados pela demanda por carne gerada no período, ocasionada pela escassez de carne vermelha durante a 2ª Guerra Mundial.

Além disso, o setor avícola passou por fortes avanços na produção de carnes em períodos cada vez mais curtos em áreas da biotecnologia, genética e biológicas que permitiram a criação de raças híbridas mais resistentes às doenças e que também conseguiam fazer uma maior conversão de ração em carne em tempos cada vez menores.

1 - Professor de Economia da FACE/UFG. Pesquisador do NEPEC. Doutorando em Economia pelo IE/UFG. E-mail: antonio.mq10@gmail.com.

2 - Professora de Economia da FACE/UFG. Pesquisadora do NEPEC. Doutoranda em Geografia IESA/UFG. Bolsista FAPEG. E-mail: flaviarezende@hotmail.com.

3 - Graduado em Economia pela FACE/UFG. E-mail: dyodge@gmail.com.



No Brasil, a avicultura de corte nos moldes industriais só passou a ganhar destaque a partir da década de 1960, com a vinda de empresas multinacionais para o país, inicialmente para a região Sul, trazendo dos Estados Unidos o processo de integração com pequenos produtores, que utilizavam mão de obra familiar, e que viam na integração, em muitos casos, a sua única fonte de renda. Essa alternativa trouxe redução nos custos para as empresas que passavam a arcar com menores custos produção, transação e logística e que ao mesmo tempo garantia um fornecimento constante de frangos.

Nos anos 90 surgiu um novo modelo de integração na região Centro-Oeste, como alternativa, à tradicional existente na região Sul, a qual será chamada nesse trabalho de integração moderna. Ela compreende a parceria com um número reduzido de grandes e médios produtores, com a utilização de mão de obra contratada e aviários de grande porte, com equipamentos sofisticados e de alta tecnologia.

[...] na região Centro-Oeste, a produção em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além da expansão modernizada do algodão e da incorporação de áreas em direção à fronteira agropecuária ao norte de Mato Grosso, vêm potencializando o processo de concentração agrária na região. [...] Os dados da PNAD confirmam esse rápido processo de aumento da desigualdade fundiária no Centro-Oeste, a única região a apresentar uma tendência nítida de crescimento do índice de Gini para a distribuição da terra, tendo o coeficiente de correlação de Pearson com o ano da PNAD de 0,792, [...]. A área média dos empreendimentos agrícolas na região Centro-Oeste parece estável, com oscilações em torno de uma média de 198 ha. (HOFFMANN e NEY, 2010 p. 29).

No final da década de 1990, a empresa Perdigão foi responsável por trazer esse novo modelo de integração para Goiás, instalando uma indústria de processamento de carnes de aves e suínos na cidade de Rio Verde visando ganhos de produtividade através da redução dos custos transação, de produção e de logística, tornando-se a maior produtora de aves e suínos do estado (QUEIROZ, 2002).

Objetiva-se no presente trabalho verificar em que medida os pressupostos da abordagem da

Economia dos Custos de Transação (ECT) aplicam-se ao caso da empresa X no município de Itaberaí (GO). A hipótese é a de que o modelo supracitado no município de Rio Verde já vinha sendo praticado em Itaberaí, sendo possível analisar as características do mesmo na ótica da ECT, pela integração moderna com grandes produtores, na redução dos custos de transação. O trabalho foi dividido em três seções: na primeira apresenta-se de forma sucinta o referencial teórico da ECT, mostrando as estruturas de governança e os pressupostos comportamentais. Em seguida se faz uma descrição geral do mercado mundial e brasileiro de carne de frango e, por fim, a terceira seção discute os resultados da pesquisa de campo, revelando as principais características do modelo de integração entre agroindústria e integrados, especificamente no município de Itaberaí na ótica da agroindústria.

## 1 - Referencial Teórico

A abordagem neoclássica ao longo de muitas décadas determinou o entendimento da firma como um simples elemento de maximização de lucro, sem qualquer outro interesse além o de obter maior excedente possível, de acordo com as expectativas dos agentes no mercado. Entretanto, tal conceito não seria capaz de explicar as realidades mais complexas, como é o caso dos oligopólios, bem como as imperfeições de mercado dentro do capitalismo. Neste sentido, a abordagem institucionalista surge numa perspectiva crítica à interpretação inadequada acerca dos fenômenos econômicos observados pela teoria tradicional da ortodoxia (SILVA FILHO, 2006).

Para os institucionalistas, essa deficiência resulta, sobretudo da incompreensão e subestimação da importância do papel das instituições que regulam o ambiente econômico. Embora tenha raízes mais antigas, que remetem ao historicismo econômico alemão, a Escola Institucionalista adquiriu seu marco enquanto escola de pensamento econômico independente a partir do trabalho pioneiro dos autores norte-americanos VEBLEN, COMMONS e MITCHELL (SILVA FILHO, 2006, p. 261)

A partir de meados da década de 60, nos EUA, a Teoria Institucionalista após décadas de

bastante esforço científico, ganha força renovada com a chamada Nova Economia Institucionalista (NEI), principalmente nos autores Coase, Williamson e North. O objetivo era o de preencher as lacunas e as deficiências da corrente neoclássica, principalmente na questão dispensada à compreensão do funcionamento das firmas e mercados. Coase partiu de uma questão simples, porém desconcertante para a teoria tradicional: por que uma empresa internalizava as atividades que poderia obter (ao menos teoricamente) a um custo inferior no mercado, supondo a existência de ganhos de eficiência provenientes da divisão do trabalho.

Nesta perspectiva, Coase (1937) identifica a presença de transações e, conseqüentemente, seus custos, e que tais custos podem ser divididos em custos da coleta da informação, custos de negociação e estabelecimento de um contrato (AZEVEDO, 1997). “[...] os custos de a) elaboração e negociação dos contratos, b) mensuração e fiscalização de direitos de propriedade, c) monitoramento do desempenho e d) organização de atividades.” (CHEUNG, 1990 *apud* AZEVEDO 1997 p.57).

Desta forma, os principais pressupostos teóricos da Economia dos Custos de Transação (ECT) podem ser classificados em: hipóteses comportamentais, dimensões das transações, estrutura de governanças das transações.

A ECT admite duas hipóteses comportamentais; a racionalidade limitada e a ação oportunista dos agentes. a) *racionalidade limitada*: relacionada com o modo racional que os agentes tentam ser, porém só conseguem isso de forma incompleta, ou seja, de uma maneira limitada (RICHETTI & SANTOS, 2000; AZEVEDO, 1997 e ZYLBERSZTAJN, 2005); e a *ação oportunista*: admite-se que os agentes econômicos no ato da transação tornam-se sujeitos ao risco moral (*Moral Hazard*) e assim incentivados a agir de forma oportunista, visando adotar medidas que salvaguardem seus respectivos interesses.

As dimensões das transações são: a incerteza, a especificidade dos ativos e a frequência.

Se há incerteza quanto ao comportamento dos preços, o arranjo contratual não pode fixar ex-ante o preço do bem ou serviço transacionado assumido que um sistema completo de contratos não seja factível. Conseqüentemente, esse arranjo contratual será deliberadamente incompleto, deixando a determinação do preço para uma negociação futura. Aumenta-se, portanto, por razões de incerteza a possibilidade de ação oportunista de ambas as partes. (AZEVEDO, 1997, p.51).

A noção de especificidade dos ativos está ligada a noção de custos irrecuperáveis (*sunk-costs*), ou seja, não há para ativos específicos a possibilidade de seu emprego em outra atividade para a qual ele foi originalmente criado sem que para isso haja sacrifício do seu valor produtivo (AZEVEDO, 1997; QUEIROZ, 2002).

Williamson (*apud* AZEVEDO 1997; CAMPOS, 2001 e QUEIROZ, 2002) aponta seis tipos diferentes de especificidades dos ativos: especificidade locacional, especificidade dos ativos físicos, especificidade dos ativos humanos, ativos dedicados, especificidade de marca e especificidade temporal.

A frequência é um dos fatores que mais influencia os custos de transação, de modo que quanto maior for à frequência de uma transação, menores serão os custos envolvidos. Neste caso, a maior frequência reduz a incerteza e aumenta a confiança dos agentes econômicos, reduzindo assim o incentivo para o comportamento oportunista, haja vista que os agentes passam a ganhar “reputação” nas transações (AZEVEDO, 1997 e CAMPOS, 2001).

### 1.1- Estruturas de governança

Williamson (1985) toma como suposição que os agentes tendem a ajustar, ao longo do tempo, o formato das estruturas organizacionais, visando minimizar os custos de transação. Esse ajustamento, por sua vez, está associado à montagem de estruturas de governança específicas. A governança pode ser obtida pelo sistema de preços ou mediante a elaboração de contratos em

que ficam pré-estabelecidos instrumentos de incentivo e controle.

Segundo Williamson (1985 AZEVEDO, 1997; QUEIROZ, 2002), as estruturas de governança são classificadas em três tipos: estruturas de mercado, estruturas hierárquicas e estruturas híbridas.

No primeiro tipo, a organização é dada pelo próprio mercado através do sistema de preços e é adotado o tipo clássico de contratos (RICHETTI & SANTOS, 2000). Desta forma, a estrutura de mercado funciona melhor quando os ativos envolvidos são de baixa especificidade de modo que não há assim uma maior dependência entre os compradores e os vendedores.

O segundo tipo de estrutura de governança, a hierárquica, é identificada quando os ativos são altamente específicos surgindo a necessidade de um mecanismo de coordenação mais cooperativo, assim como a internalização das atividades dentro da firma passa a ser mais vantajosa em termos de custos de transação e adaptabilidade.

Por fim, Azevedo (1997) e Campos (2001) definem a forma híbrida como sendo uma forma intermediária entre as duas formas extremas de estruturas de governança citadas anteriormente. Nessa estrutura é necessário contratos mais complexos, visto que envolvem ativos mais específicos, em que as partes envolvidas na negociação possuem autonomia, porém há certa dependência bilateral entre elas nos contratos de longo prazo (RICHETTI & SANTOS, 2000).

Williamson apresentou essa estrutura para os ativos bastante específicos, na qual a empresa opta pela verticalização da produção internamente, ao mesmo tempo, reduzem-se os custos transação no mercado. O resultado são os maiores ganhos econômicos para a empresa, principalmente quando comparados à estrutura de mercado, pois ao optar pela verticalização a firma passa a arcar com menores custos burocráticos. (QUEIROZ, 2002; AZEVEDO, 1997e CAMPOS, 2001).

## 2 - O Mercado Mundial de Carne de Frango

Avanços na área da biotecnologia, controle sanitário e criação de raças híbridas contribuíram para que fosse possível obter aves prontas para o abate com maiores pesos em períodos cada vez menores e com cada vez menor consumo de ração. De acordo com a Tabela 1, a evolução da conversão de alimentar para o frango de corte é o exemplo do importante avanço na área da biotecnologia.

Em 1930, a conversão alimentar era de 3,50 kg de ração para atingir 1,50 kg em 105 dias. Enquanto que em 1970 já era possível aves de 1,80 kg em apenas 49 dias, menos da metade do tempo que era previsto em 1930, com a conversão de 2 kg de ração. Em 2010, esse tempo foi reduzindo para 41 dias, obtendo aves com 2,45 kg pela conversão alimentar de 1,75 kg de ração.

Tabela 1 - Evolução da Conversão Alimentar para o Frango de Corte

Ano	Peso do Frango (KG)	Conversão Alimentar	Idade (dias)
1930	1,50	3,50	105
1940	1,55	3,00	98
1950	1,80	2,50	70
1960	1,60	2,25	56
1970	1,80	2,00	49
1980	1,70	2,00	49
1990	2,00	1,94	45
2000	2,25	1,79	41
2010	2,45	1,75	41

Fonte: ICONNE (2012), Ubabef (2012) Elaboração própria.

A produção de frango em grande escala iniciou a partir da década de 1930, motivando a introdução da carne no cardápio da população mundial. Isso ocorreu em grande parte graças aos avanços genéticos e biotecnológicos que fizeram com que o frango de granja dependesse cada vez menos dos fatores naturais para a sua engorda e passasse a assumir um caráter cada vez mais industrializado.

Pode-se afirmar que há várias razões, entre elas o preço, que aumentou o consumo mundial de carne de frango nas últimas décadas, passando de um consumo global de carne de 18%, no início

dos anos 1980 para 30% em 2004 (DESOUZART, 2011).

Outra razão foi à busca por hábitos de alimentação mais saudáveis do homem moderno que optou pela carne branca “[...] com base a qualidade nutricional e a resposta eficiente aos problemas do sedentarismo e estresse” (QUEIROZ, 2002, p.17).

Quanto ao crescimento de produção do segmento avícola, de acordo com a Tabela 2, entre 1965 e 2010, a taxa acumulada de 798,8% foi a maior, seguida por suínos, 247,5% e bovinos, 104,1%.

**Tabela 2 - Comparação da Produção de Carnes de Aves, Suína e Bovina (1965 – 2010)**

Ano	Total	Bovino	Suíno	Aves	Caprinos e Ovinos	Demais carnes
1965	82.304	31.854	30.781	10.650	6.316	2.703
1975	113.381	43.809	41.304	18.225	6.870	3.173
1985	149.921	47.681	58.864	31.370	8.259	3.747
1995	205.132	56.414	79.420	54.368	10.528	4.660
2005	259.132	62.145	99.064	79.820	12.517	5.587
2008	277.848	64.917	103.983	89.914	13.119	5.914
2009	283.895	65.719	106.058	93.668	12.948	5.502
2010	286.210	65.008	106.962	95.717	12.963	5.562
Variação 2010/1965	247,7%	104,1%	247,5%	798,8%	105,2%	105,8%

Fonte: Desouzart (2011).

Nota-se que 1965, a produção de carne de aves correspondia a 10.650 mil toneladas (12,9%) de toda a produção mundial de carnes, nessa época a campeã em produção era a carne bovina, com uma produção mundial de 31.854 mil toneladas, ou seja, 38,7% do total mundial. Já no ano de 2010 se percebe um panorama novo, com a carne de aves sendo responsável por 95.717 mil toneladas, isto é, 33,4% da produção mundial, superando a produção de carne bovina que no ano em questão é de 65.008 mil toneladas (22,7%), ficando atrás apenas da produção de carne suína que é líder de produção mundial desde 1985, e que em 2010 tinha a produção de 106.962 mil toneladas (37,4%), conforme a Tabela 2.

O avanço da tecnologia bem como as inovações tecnológicas contribuíram de forma decisiva

para uma melhoria nos equipamentos, no padrão genético e no próprio manejo avícola. Além desses fatores, o aumento da produção de frango no mundo pode ser explicado também pelas perenes quedas nos preços dos insumos e do ganho de eficiência na sua cadeia produtiva como a adoção dos sistemas integrados de produção (QUEIROZ, 2002).

Em relação ao consumo de carne de frango, a Tabela 3 apresenta os países de maior consumo e sua variação durante os anos de 2005 a 2010. Figuram nas primeiras posições no ano de 2010, EUA, China, Brasil e União Europeia, com 13,46 milhões de toneladas, 12,46 milhões de toneladas, 9,13 milhões de toneladas e 8,78 milhões de toneladas, respectivamente.

**Tabela 3 - Consumo de carne de frango por país (mil toneladas)**

Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição % (2005 – 2010)
Estados Unidos	13.430	13.671	13.582	13.428	12.940	13.463	0,25
China	10.087	10.371	11.415	11.954	12.210	12.457	23,50
Brasil	6.612	6.853	7.384	7.792	8.032	9.132	38,11
UE-27	8.082	7.656	8.358	8.564	8.692	8.779	8,62
México	2.861	3.010	3.061	3.281	3.264	3.344	16,88
Rússia	2.168	2.367	2.630	2.834	2.966	2.923	34,82
Índia	1.899	2.000	2.239	2.489	2.549	2.649	39,49
Japão	1.880	1.970	1.945	1.926	1.978	2.063	9,73
Irã	1.223	1.326	1.464	1.460	1.542	1.660	35,73
África do Sul	1.200	1.369	1.394	1.428	1.443	1.514	26,17
Argentina	941	1.109	1.200	1.270	1.327	1.395	48,25
Arábia Saudita	1.013	961	1.019	1.064	1.165	1.243	22,70
Colômbia	765	859	951	1.037	1.052	1.071	40,00
Canadá	965	985	984	998	994	1.002	3,83
Malásia	921	939	965	975	970	975	5,86
Indonésia	644	692	829	860	893	925	43,63
Venezuela	842	831	903	1.047	861	887	5,34
Tailândia	787	811	821	790	820	839	6,61
Filipinas	670	678	685	736	783	844	25,97
Austrália	687	708	704	728	744	764	11,21
Outros	4.969	5.218	5.775	6.371	6.635	7.198	44,86
<b>Total</b>	<b>62.646</b>	<b>64.384</b>	<b>68.308</b>	<b>71.032</b>	<b>71.860</b>	<b>75.127</b>	<b>19,92</b>

Fonte: USDA(2012). Adaptação do autor.

Os principais países exportadores de frango em 2011 foram Brasil (3,94 milhões de ton), EUA (2,97 milhões de ton) e a União Europeia (1,10 milhões de ton). Segundo os dados da Ubabef (2012), de 2001 e 2011 houve um aumento de mais de 310% nas exportações brasileiras de carne de frango, enquanto que em países como Estados Unidos, a variação no mesmo período foi de 114,70%, passando de 2,79 milhões de toneladas para 3,20 milhões de toneladas em 2011 (USDA, 2012).

Em relação ao destino do frango brasileiro, atualmente destacam-se os países do continente asiático, Europa e México, sendo um dos entraves para as importações do frango brasileiro a presença das tarifas tarifárias e não tarifárias que não permitem que o frango nacional entre com preços competitivos em muitos países (UBABEF, 2012).

## 2.1 - A Avicultura de Corte em Goiás

Embora o processo de integração com grandes produtores tenha iniciado na região Centro-Oeste e Sudeste do país, é ainda na região Sul que se concentram os maiores produtores e ex-

portadores de frango do país. Em 2011, os principais estados exportadores foram Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Goiás ocupa apenas a sexta posição, exportando 196,28 milhões de toneladas de carne de frango.

A evolução da produção goiana de aves continua em crescente expansão nos últimos 10 anos, de acordo com os dados da Tabela 4, que apresenta um comparativo entre o volume da produção em cabeças de aves entre os anos de 2001 a 2011.

**Tabela 4 – Evolução da produção de aves em Goiás (cabeças)**

Ano	Estado de Goiás
2001	27.139.230
2002	32.562.645
2003	35.937.069
2004	38.681.006
2005	39.942.492
2006	42.488.945
2007	44.415.670
2008	47.750.990
2009	53.717.123
2010	55.156.362
2011	61.179.904

Fonte: IBGE(2012). Elaboração do autor.

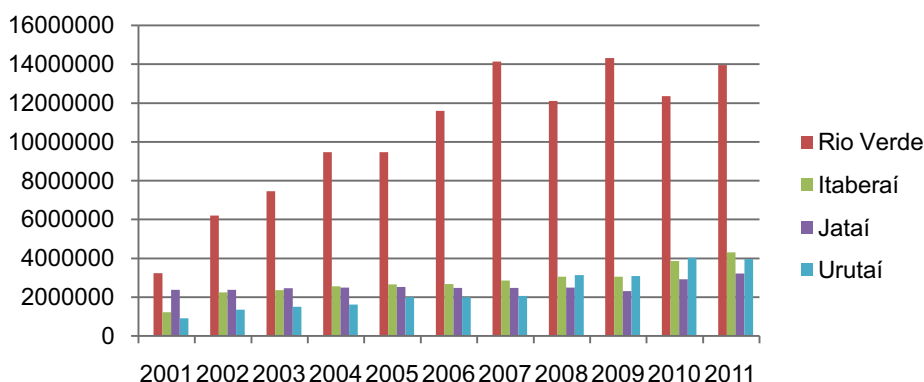
Entre 2001 e 2011, a variação na produção de aves atingiu mais de 200%. Isso pode ser explicado pela entrada de grandes indústrias do ramo no estado, como, por exemplo, o caso da Perdigão em Rio Verde. Ademais, foram decisivos para este crescimento os incentivos fiscais e a grande vantagem competitiva que Goiás têm na produção de grãos, como soja e milho, que são insumos necessários à criação da ração de aves.

Segundo dados da Segplan (2007), Goiás é o maior produtor de aves do Centro-Oeste, com 40,5%, sendo Rio Verde, Itaberaí, Jataí e Urutaí os principais municípios produtores de aves do esta-

do. O Gráfico 1 mostra a evolução da produção de aves nesses municípios entre o período de 2001 e 2011 para se obter uma evolução comparativa da avicultura em um período de 10 anos nestas quatro cidades.

Entre os anos de 2001 e 2011, a produção de aves de Rio Verde sofreu variação positiva da sua produção em mais de 430%, justificada pela vinda da empresa Perdigão para essa cidade, fazendo desse município o maior produtor de aves do estado. Em 2011 sua produção de aves correspondeu a 22,80% de toda a produção de aves no estado de Goiás.

**Gráfico 1 – Principais produtores de aves do estado de Goiás (Em cabeças de aves)**



Fonte: IBGE (2012). Elaboração Própria

**2.2 - O Sistema de Integração**

O sistema de integração foi originalmente implantado na região Sul do Brasil na década de 1960, consistindo em parcerias feitas entre as empresas produtoras e pequenos proprietários de terras, que usavam mão de obra familiar para cuidar dos aviários, através de contratos firmados entre as partes. A empresa produtora era a responsável pela entrega dos pintinhos, ração, assistência médica e a garantia de recompra das aves, cabendo ao pequeno produtor o serviço de engorda dos pintinhos, tornando assim uma renda certa para essas famílias que em muitos casos era a única renda da família. (SORJ *et al.*, 1982).

A partir da década de 1990, outro tipo de integração começou a ser desenvolvida, primeira-

mente em Dourados-MS, com as empresas Ceval e Sadia, em que adotaram a integração com grandes fazendeiros. O objetivo era reduzir custos de transação, logística e de produção. Posteriormente esse modelo foi incorporado pela Perdigão na cidade de Rio Verde (GO) e também foi percebido na cidade de Itaberaí-GO.

Além de manterem contratos com produtores maiores que estão na integração visando uma alternativa de investimento, o novo modelo de integração também se diferencia do modelo tradicional, de acordo com Queiroz (2002), em outros aspectos: aviários maiores com mais automação e menor número de produtores integrados, além da disposição geográfica dessas indústrias integradoras que, devido a proximidades com os insumos necessários na fabricação de ração, mi-

gram para os polos produtores de insumos e também buscam incentivos fiscais (SORJ *et al.*,1982). O caso da Perdigão em Goiás é um ótimo exemplo para esta estratégia.

Iniciado em 1998 e concluído em 2003, o Projeto Buriti marcou a instalação do novo modelo de integração em Rio Verde, cidade da região Sudoeste do estado de Goiás, região esta que é a maior produtora de milho, soja e algodão do estado. A base técnica do processo produtivo das unidades agropecuárias produtoras destes grãos é intensiva no uso de inovações tecnológicas modernas e a maior parte dos estabelecimentos produtores destes grãos apresenta tamanho de área superior a 200 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS, 1995-96). São estes produtores que, em geral, detêm maior poder de alavancagem de recursos, na medida em que, principalmente, têm maior patrimônio para dar em garantia do empréstimo bancário - o público alvo da Perdigão para celebrar contratos de integração. Os grandes produtores de leite desta região, a maior bacia leiteira de Goiás, são também público alvo da integradora (FERNANDES FILHO e QUEIROZ, 2005, p.42)

A integração da agroindústria com grandes integrados elevou a vantagem competitiva do estado de Goiás na produção da soja e do milho a custos mais baixos, principalmente se comparados aos estados do sul. Além disso, a política de incentivos fiscais estaduais foi decisiva para atrair empresas no setor avícola para o estado, como a Perdigão (BELUSSO, 2010; QUEIROZ, 2002 e FRANÇA e FERNANDES FILHO, 2003).

Portanto, o novo modelo de integração ganhou força devido ao aumento da demanda do mercado por carnes de frango de melhor qualidade, e na integração com médios e grandes produtores essa melhora na qualidade de carnes é conseguida mais facilmente, visto que os aviários são mais automatizados, inclusive nos comedouros, fornecendo assim frangos mais homogêneos ao mercado.

### 3 - Metodologia

A metodologia do trabalho abrangeu duas etapas, sendo uma pesquisa bibliográfica e outra a pesquisa de campo. Na primeira foi realizada uma rápida revisão da literatura acerca da Economia dos Custos de Transação (ECT) na ótica de análise dos contratos, assim como uma pesquisa com dados secundários de vários órgãos públicos, como o USDA e SEGPLAN e, também de entidades de representação de classes como a UBABEF e dados do IBGE.

Na segunda etapa, foi realizado um “Estudo de Caso” com a coleta de dados primários na empresa “X”<sup>4</sup> no município de Itaberaí-GO, com a aplicação de questionários com questões fechadas a uma amostra de 30 integrados, correspondendo a 15%, para uma população de aproximadamente 200 integrados. Neste trabalho abordaram-se apenas algumas questões da pesquisa supracitada, principalmente aquelas relacionadas à ótica contratual da empresa.

### 4 - Resultados e Discussão

Para obter o fornecimento de aves necessárias para o suprimento da demanda, a empresa mantém atualmente aproximadamente 200 contratos de integração com produtores locais. A empresa tem seus produtos presentes nos estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo e, atualmente também exporta para os cinco continentes: Ásia, União Europeia, África, América Central e Oriente Médio.

Sua contribuição para o efetivo de aves produzidas na cidade de Itaberaí-GO pode ser visto na Tabela 5 que mostra a variação da produção de aves (cabeças) entre os anos de 1998 a 2011.

4 - Não foi permitida a divulgação do verdadeiro nome da empresa, houve a necessidade da adoção de um nome fictício “X”.

Tabela5 – Produção de aves em Itaberaí (GO), 1998-2011 (Em cabeças)

Ano	Produção de Aves (Cabeças)
1998	1.131.300
1999	1.137.250
2000	1.205.017
2001	1.224.780
2002	2.248.291
2003	2.358.468
2004	2.561.040
2005	2.655.300
2006	2.664.900
2007	2.855.000
2008	3.057.000
2009	3.057.000
2010	3.860.000
2011	4.311.000

Fonte: IBGE(2012). Elaboração própria.

Entre 1998 e 2011, a variação da produção de aves na cidade foi de mais de 380%, comparado com o total efetivo da produção de aves em todo estado de Goiás em 2011 que foi de 61.179.904 cabeças. A participação de Itaberaí-GO no estado corresponde a pouco mais de 7%, visto que a maior parte desse efetivo da cidade corresponde a aves da empresa “X”.

De acordo com a entrevista norteada pelo questionário aplicado ao gerente de contratos da empresa integradora percebeu-se que atualmente, a mesma tem mantido contratos de integração com aproximadamente 200 integrados<sup>5</sup>, como já mencionado. Segundo o gerente, a empresa não faz distinção entre grandes e pequenos produtores integrados no quesito “critérios favoráveis para integração”, desde que o produtor atenda às suas exigências.

Para a questão dos aviários, o gerente ressalta que os mesmos devem ser construídos em áreas mais distantes de nascentes, mananciais e córregos para evitar a contaminação do lençol freático. Para a construção dos aviários são exigidas algumas especificidades como: galpão de grande porte, com capacidade para no mínimo 25.000 aves, sendo estes aparelhados com equipamentos importantes para o manuseio ideal das

aves como: nebulizadores, climatizadores, geradores, comedores automatizados e cortinas de proteção. As características dos aviários demonstram uma grande especificidade dos ativos físicos, haja vista que os aviários podem ser classificados como custos irrecuperáveis (sunk-costs), em caso de abandono da atividade econômica de criação de frangos. Pode-se afirmar que dificilmente o integrado irá encerrar o contrato no curto prazo, pois necessita recuperar o alto investimento dos aviários, o que eleva situações de oportunismo por parte da empresa.

Sobre a desistência do contrato, o gerente afirmou que neste caso, deve ser informado à empresa pelo menos com um lote de antecedência, conforme consta no contrato para que não haja multa para o integrado. Quando questionado sobre o índice de desistência dos integrados, o gerente respondeu que o índice era praticamente nulo, na medida em que o prejuízo em abandonar a atividade é grande, se comparado a continuidade da mesma pelo integrado.

A construção e a instalação dos aviários são geralmente realizadas com recursos do próprio integrado conforme consta no contrato, ou por meio de financiamento. Já a empresa se compromete com algumas obrigações, tais como:

5 - Embora o número de 200 integrados tenha sido revelado pelo próprio gerente de contratos da empresa, o número real é menor visto que durante as pesquisas de campo se constatou que existem propriedades controladas pela própria empresa, não podendo ser contabilizadas no número total de integrados.



fornecimento de pintinhos, ração diária de acordo com a dieta estabelecida por ela, assistência técnica de manejo com as aves, coleta e busca das aves na própria propriedade e, por fim, garantia de recompra das aves adultas conforme os índices de produtividade, efetuando o pagamento de acordo com cada lote apurado.

O manejo das aves tem sido o principal fator de determinação dos índices de produtividade observados nos aviários. Segundo o gerente são disponibilizados pela agroindústria diversos cursos para a melhor utilização de técnicas de manejo e de assistências técnica, objetivando a redução da mortalidade das aves.

Quanto aos contratos de integração foi questionado se a empresa possuía vantagens unilaterais e oportunismo sobre os integrados ou se os mesmos apresentavam alguma vantagem sobre a empresa. Segundo o gerente não existe a relação de "levar vantagem", pois os contratos de integração significavam ganhos para ambos os lados. Há redução dos custos de produção, diminuindo os riscos de perdas e prejuízos na produção das aves, na medida em que desonera a empresa de realização dos investimentos na construção e manutenção dos aviários.

A relação entre integrado e empresa integradora revelou que existe uma forte convergência com a literatura da ECT acerca do chamado o modelo de integração clássico de integração. Neste modelo, a empresa se responsabiliza pelo fornecimento dos pintinhos, da assistência técnica, e da garantia de recompra das aves adultas. Os aviários são de grande porte e com alto nível tecnológico. No mesmo sentido, os modelos mantêm um maior nível de produtividade, um alto padrão na qualidade dos frangos fornecidos, na medida em que se reduzem os custos tanto de transporte quanto de transação.

Verificou-se que existem três tipos de especificidade: a locacional; a dos ativos dos aviários e também dos frangos: a primeira revela que a empresa exige uma distância máxima de 40 km até a propriedade; a segunda, os aviários são caros e não podem ser utilizados para outra atividade (*sunk costs*); a terceira, os frangos não podem

ser comercializados em outro mercado senão pela aquisição da própria empresa em caso de quebra de contrato.

No caso da empresa integradora, a redução dos custos de transação está presente devido à maior frequência na renovação dos contratos com os integrados. Não há prazo limite, os contratos são automaticamente renovados ano após ano até o momento em que o integrado manifeste o desejo de abandonar a parceria de integração. Além disso, a frequência das transações é que define qual estrutura de governança será usada pela empresa visando a sua redução de custos. Em transações mais frequentes cria-se uma identidade entre os envolvidos, diminuindo a incerteza, e assim fazendo com que não seja necessário maiores gastos com monitoramento, cláusulas de quebra de contrato.

### **Considerações Finais**

A avicultura brasileira se tornou competitiva nos últimos 30 anos e isso fez com que o Brasil em 2011 conseguisse ser o maior exportador mundial de aves. Apesar da presença da indústria de frango no País ser recente se comparada aos Estados Unidos e Europa, o Brasil produz com preços bastante competitivos, graças aos altos investimentos em avanços na tecnologia, na área biológica e também nas técnicas de manejo e produção de frango; entre elas as parcerias de integração.

Os pressupostos comportamentais da ECT - racionalidade limitada e oportunismo - foram observados no estudo. No primeiro, os agentes não conseguem prever *ex ante* todas as variáveis, e isso foi notado nas alterações nos contratos firmados com os integrados. A empresa revelou que não existe oportunismo sobre os integrados, embora ela seja a única compradora que opta por pagar menos que o valor de mercado pela recompra das aves.

Por fim, notaram-se três tipos diferentes de especificidades durante o estudo de caso: locacional, em relação às aves e aos aviários, que foram confirmadas pelos próprios integrados,

através das entrevistas, que não seria possível desfazerem da estrutura para outra função, significando custos irrecuperáveis (*sunk-costs*) em caso de abandono da atividade econômica de criação de frangos.

### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Paulo Furquim de: Antecedentes, Níveis analíticos, Economia dos Custos de transação, Cap: 1,2,3 respectivamente. In: FARINA Elizabeth Maria Mercier; SAES, Maria Sylvia MacchioneSaes. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Ed. Singular, 1997.

BELUSSO, Diane. **A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais**. Maringá, 2010. Disponível em: <<http://edumojs.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/viewFile/9855/5801>> Acesso em: 3Fev 2012.

CAMPOS, Flávia Rezende. **Determinantes da Garantia de Fornecimento de Matérias-Primas na Integração Agrícola-Agroindústria: o caso da produção de maracujá**. 2001. 105p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

DESOUZART, Osler. **A Produção de Carnes nas Principais Regiões do Mundo**. 2011. Disponível em: <http://pt.engormix.com/MA-avicultura/industria-carne/artigos/producao-carnes-nas-principais-t443/471-p0.htm>. Acesso em: 15 Out 2012.

FERNANDES FILHO, José Flôres e QUEIROZ, Antonio Marcos. O Sistema de Integração da Avicultura de Corte em Goiás. **Revista Conjuntura Econômica Goiana**, Maio-2005. n. 4. Goiânia, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. 64p.

FRANÇA, Levy R. e FERNANDES FILHO, José Flôres. **A evolução da avicultura de corte em Goiás**. In: Pereira, S.L., Xavier, C.L. O agronegócio nas terras de Goiás. Edufu. Uberlândia. 2003. Disponível em <<http://www.levy.blog.br/arquivos/artigo-download/downs-34-0.pdf>> Acesso em: 9 Ago 2012.

HOFFMANN, Rodolfo. e NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <[www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download\\_orig\\_file?...id...](http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?...id...)> Acesso em: 4 nov 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> acessado em 2/1/13 Acesso em: 2 Jan 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – ICONNE. 2012 Disponível em <<http://www.iconebrasil.org.br/pt/>> Acesso em: 9 ago 2012.

QUEIROZ, Antonio Marcos. **As Transformações Estruturais no Modelo de integração da Avicultura de Corte: o caso do cerrado**. 2002. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

RICHETTI, Alceu; SANTOS, Antônio Carlos dos. **O sistema integrado de produção de frango de corte em Minas Gerais: uma análise sob a ótica da ECT**. Vol.2, n.2, 2000.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – SEGPLAN, 2007. Disponível em: [http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd\\_assunto=10&cd\\_anomes=200700](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd_assunto=10&cd_anomes=200700). Acesso em: 2 jan 2013.

SILVA FILHO, Edison Bendito da. A Teoria da Firma e a Abordagem dos Custos de Transação: elementos para uma crítica institucionalista. **Revista Pesquisa e Debate**, SP, volume 17, número 2 (30) pp. 259-277, 2006. Disponível em: [revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/.../8544](http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/.../8544). Acesso em: 4 nov 2013

SORJ, B., POMPERMAYER, M.J., CORADINI, O.L. **Camponeses e Agroindústria: Transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em <http://clinicadotexto.wordpress.com/biblioteca/biblioteca-virtual-de-ciencias-humanas/> Acesso em: 5 Ago 2012.

UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA – UBABEF (2012). Disponível em <<http://www.abef.com.br/ubabefnovo/index.php>> Acesso em: 6 Ago 2012.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA (2012). Disponível em <<http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome>> Acesso em: 6 Ago 2012.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.43 no.3 Brasília Jul/Set. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000300001&script=sci_arttext) Acesso em: 10 Out 2012.

## A coordenação dos agentes nos SAG's e a expansão do setor sucroenergético brasileiro e goiano

Antonio Marcos de Queiroz<sup>1</sup>  
Claudia Regina Rosal Carvalho<sup>2</sup>  
Livia Figueiredo de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho busca analisar os Sistemas Agroindustriais no entendimento da eficiente coordenação entre os agentes no setor sucroenergético quanto aos limites das estruturas produtivas no segmento, considerando a expansão mundial e nacional do setor. Nesse sentido, os segmentos produtor, processador e distribuidor funcionam como elos das cadeias produtivas, na coordenação dos agentes para se alcançar eficiência e competitividade. A motivação para a realização deste estudo se deu em função da crescente importância do setor e o crescimento deste setor no Brasil e, principalmente, no estado de Goiás. Para isso, o estudo apresentou cunho qualitativo com pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários em órgãos públicos e de representação de classes. Como resultado, verificou-se que em Goiás ainda é incipiente o processo das relações entre os agentes, principalmente entre produtor e processador de cana na cadeia. Entretanto, é crescente o número de fornecedores de cana em várias microrregiões, o que irá requerer uma melhor coordenação entre eles e usinas para alcançar eficiência e salvaguardas, principalmente com os instrumentos contratuais, vis a vis a expansão da produção de cana, etanol e açúcar nos mercados mundial, nacional e regional.

**Palavras-chave:** Setor sucroenergético; Coordenação entre agentes; Produção de etanol e açúcar.

### Introdução

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, liderando também o *ranking* de maior produtor e exportador de açúcar mundial, e o segundo maior produtor de etanol. Tais posições conferem ao setor sucroenergético do país uma notoriedade que merece atenção, pelo fato do setor estar em plena expansão, comparado aos demais setores da economia brasileira, devido à sua

1 - Professor de Economia da FACE/UFG. Doutorando em Economia pelo IE/UFU. E-mail: antonio.mq10@gmail.com.

2 - Professora de Economia da FACE/UFG. Pesquisadora do NEPEC. Doutora em Ciências Ambientais pela UFG. E-mail: cregina@hotmail.com.

3 - Graduada em Economia pela FACE/UFG. E-mail: liviafigueiredo2305@hotmail.com.

participação e relevância no cenário mundial.

Além disso, o arcabouço institucional passou a apresentar forte relevância no processo decisório nas empresas, ao mesmo tempo em que a coordenação dos agentes na cadeia sucroenergética tendeu a influenciar a dinâmica e estratégias futuras desde a operação até a distribuição do produto na cadeia produtiva. Assim, a discussão proposta tem como objetivo apresentar a importância dos Sistemas Agroindustriais (SAG's) quanto à coordenação dos agentes e a expansão do setor sucroenergético brasileiro e goiano.

A metodologia consistiu na pesquisa bibliográfica com fontes de trabalhos de autores, como Graziano da Silva (1996), Azevedo (2000), Zylbersztajn (2005), Avelhan e Souza (2010), Leão (2002), Waack; Neves (1998), Neves e Conejero (2007), Otto, Neves e Pinto (2012), Lima (2010), Silva (2008). Além disso, houve a coleta de dados secundários do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

A estrutura do trabalho foi dividida em quatro seções além da introdução e conclusão. Na primeira faz-se uma discussão dos SAG's e a coordenação dos agentes no setor. Discute-se na segunda parte um rápido histórico do setor sucroenergético no Brasil. Na terceira e quarta seções abordam-se a expansão mundial, brasileira e goiana da cana-de-açúcar, do etanol e do açúcar.

## **1 - Os sistemas agroindustriais (SAG's)**

Segundo Graziano da Silva (1996), quem primeiro utilizou o termo Sistema Agroindustrial (SAG) foi Louis Malassis que traduziu o termo *agronégocio* para o francês, enfatizando a dimensão histórica enquanto etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se moderniza e industrializa. Anteriormente a ele, os autores americanos Davis & Goldberg em 1955 já haviam cunhado de *agribusiness*.

Graziano da Silva (1996) inspirado nos conceitos de agronegócio e de sistema agroalimentar, refere-se ao que ele chama de complexão, o Complexo Agroindustrial (CAI), entretanto será utiliza-

do neste trabalho o termo Sistemas Agroindustrial (SAG), muito comum nos trabalhos de Zybersztajn, Azevedo, Farina e Neves para dar ênfase sistêmica e institucional da ação coordenada dos agentes nas cadeias produtivas.

Os SAG's passam a ser um importante elemento no entendimento da relação de dependência na cadeia produtiva, na frequência de transações entre indústrias de insumos, de produção agropecuária, de alimentos e também do sistema de distribuição. Segundo Zylbersztajn (2005), os SAG's podem ser analisados sob uma ótica sistêmica na perspectiva da avaliação das relações entre os agentes ao longo de diferentes setores da economia, em oposição à visão tradicional, na qual há uma distinção entre os setores agrícola, industrial e de serviços.

Com a modernização da agricultura brasileira ao longo dos anos 60, 70 e 80 surgem os SAG's da cana, da soja, do milho, do café, do trigo, da laranja, do leite, de aves, de suínos, de bovino etc. O caso do SAG sucroenergético, foco deste trabalho, Neves e Conejero (2007) revelam que é um segmento bastante complexo, principalmente no que tange à relação dos agentes na cadeia. Os autores argumentam que isso ocorre no nível de fornecimento de insumos (fertilizantes e matéria-prima (cana), de subprodutos (vinhaça, bagaço, etc.), de produtos finais (etanol, açúcar e energia) e também no nível tecnológico.

Diante do aspecto da forte dependência entre os agentes é importante ressaltar o papel das instituições e organizações na criação de salvaguardas e de instrumentos contratuais entre os agentes nas atividades produtivas. Portanto, as instituições passam a ser interpretadas não como um elemento neutro, mas como elemento de influência da alocação dos recursos na economia. Estas instituições pertencem aos SAG's na criação de direitos de propriedade da terra, de políticas de preços mínimos, de reforma agrária, de políticas de segurança alimentar entre outros (AZEVEDO, 2000).

Portanto, destaca-se a importância do ambiente institucional e das organizações de suporte ao funcionamento das cadeias (ZYLBERSZTAJN, 2005). Com isso, ressalta-se a necessidade de análise do processo de coordenação dos agentes

no sistema, apresentando as relações que se assemelham a uma rede. Neste âmbito, vale destacar o papel de cada agente e suas relações com outros agentes, o que implica no desenvolvimento dessas relações e impacta na estruturação de um SAG mais ou menos eficiente (AVELHAN E SOUZA, 2010).

### 1.1 - O processo de coordenação entre os agentes nos SAG's

O principal desafio do SAG sucroenergético é o de aperfeiçoar a condução de coordenação de todas as transações entre os agentes da cadeia. Os principais pontos de ineficiência são os de relação dentro do sistema e não aqueles apontados na ordem natural ou de competitividade em nível de cada setor no sistema (WAACK; NEVES, 1998).

Um denominador comum na coordenação da cadeia produtiva é a presença e elaboração de instrumentos contratuais para salvaguardar e garantir a estabilidade de oferta, seja da matéria-prima, como o etanol, o açúcar (para a indústria de alimentos ou mesmo para o varejo), o bagaço da cana etc. Cada elo da cadeia tem um nível de conflito entre os agentes necessitando de contratos para reduzir os custos de transação no mercado. Pode-se apontar que existem vários elementos e atributos que poderão influenciar os agentes no ato de elaboração dos contratos, como: o nível de oportunismo e de racionalidade dos agentes, de frequência de transações, de especificidade da matéria-prima, de equipamentos, de localização e de produtos, etc.

Para Waack e Neves (1998), um dos pontos mais importantes e de conflito do SAG é o da transação entre produtores de cana e Usinas, traduzindo numa relação bastante tensa, na qual as partes não apresentam o comportamento de parceiras, com relacionamentos estáveis e de longo prazo, com divisão de riscos e margens. Ao con-

trário, na maioria dos casos, o que se observa é uma visão superficial de curto prazo, visando resultados imediatos para as partes. Isso dificulta a transação entre os agentes na medida em que a atividade apresenta elevada especificidade locacional para as Usinas<sup>4</sup>.

Para Waack e Neves (1998) na comercialização do etanol vários gargalos foram observados na relação da Usina com as distribuidoras. Problemas ligados a pouca transparência nas informações, elevada especificidade do produto, de logística de transporte e contratos de curto prazo. Torna-se uma tendência uma maior organização no segmento com a presença de contratos mais regulares de fornecimento com distribuidoras descentralizadas.

Existem outras formas de transação, como é o caso das Usinas e da Indústria de Alimentos, no caso do açúcar. Apesar das vendas para intermediários, sinaliza-se a elevação do número de contratos de venda direta do açúcar entre Usinas e empresas que o utilizam para produção de outros produtos, como alimentos e bebidas. No caso da exportação, os contratos são feitos com as tradings na intermediação. Segundo dados do MAPA (2012), em 2012, o país que mais importou açúcar brasileiro foi a China, que comprou 2,14 milhões de toneladas. Outros compradores importantes foram Emirados Árabes Unidos, Argélia, Rússia, Egito e Indonésia.

Portanto, a coordenação entre os agentes na cadeia sucroenergética torna-se importante e essencial para o setor, na medida em que influenciará a elaboração de arranjos contratuais institucionalmente, na garantia da estabilidade de entrega da matéria-prima ou do produto. Além disso, tais mecanismos vão garantir para os agentes envolvidos a elevação do nível de competitividade e eficiência na cadeia produtiva, diante de um setor de forte crescimento no mundo e, principalmente, no Brasil. Vale ressaltar que a análise ficou apenas no âmbito da coordenação dos agentes,

4 - A cana-de-açúcar tem elevada especificidade locacional, uma vez que cana a mais de 50 km da Usina inviabiliza o seu processamento, devido aos altos custos de transporte. Além da especificidade locacional, existe a especificidade temporal, pois a cana queimada precisa ser esmagada rapidamente sob pena de ir perdendo qualidade. Isto faz com que esta transação seja, pelos fatores envolvidos, bastante delicada. De outro lado, a Usina é um grande investimento específico para o esmagamento de cana, com realocação para outra atividade praticamente impossível. Esta elevada especificidade faz com que varie a forma como é realizada a transação entre a produção e o esmagamento, entre basicamente três alternativas: arrendamento de terras, contratos e verticalização. O SAG tem, em média, logicamente que dependendo de inúmeros fatores, e com grande variação, algo em torno de 70% de cana sob controle total das Usinas (arrendamento e áreas próprias) e cerca de 30% do que necessitam, advindo dos fornecedores especializados. (WAACK; NEVES, 1998, p.14-15).

sem entrar na discussão da Economia dos Custos de Transação (ECT), já que foram citados apenas alguns pressupostos desta teoria dos contratos, como a especificidade dos ativos, a frequência das transações, a racionalidade e o oportunismo dos agentes etc.

## **2 - Histórico do setor sucroenergético na economia brasileira**

O álcool, habitualmente chamado de etanol, passou a ser utilizado como combustível a partir do século XX. Até então seu consumo se dava basicamente com bebidas destiladas. No Brasil, a indústria alcooleira surgiu como consequência da produção açucareira, uma vez que o etanol podia ser obtido a partir da destilação do caldo residual proveniente da fabricação de açúcar, embora a produção fosse ainda rudimentar (LEÃO, 2002).

Na década de 30, o etanol começou a ser produzido no Brasil, com várias intervenções do Estado na economia sucroalcooleira. Além disso, juntamente com a crise econômica mundial ocorrida em 1929, no Brasil ocorreu uma super safra da cana-de-açúcar naquele mesmo ano, os preços chegaram a níveis muito baixos, sendo que a única alternativa para regular o setor foi fabricar etanol, dado o excesso de matéria-prima existente.

Vários órgãos e entidades foram criados para promover o setor sucroalcooleiro. Em 1933, Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), vinculado ao Ministério da Agricultura. Seu objetivo era assegurar o equilíbrio do mercado de açúcar e aproveitar as possibilidades, cada vez maiores, oferecidas ao consumo de álcool industrial, por meio de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar (WAACK; NEVES, 1998; LEÃO, 2002).

No bojo da primeira crise mundial do petróleo, em 1973, na qual o preço do produto foi muito elevado, o Brasil era altamente dependente das importações, já que importava cerca de 80% do petróleo demandado internamente e forçou o governo brasileiro a criar o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Criado em 1975, este programa tinha como função a regulamentação do uso

do etanol anidro misturado à gasolina em todo o país, vis a vis a criação de vários incentivos fiscais e empréstimos bancários amparados por taxas de juros bem abaixo das taxas de mercado destinados aos agentes da cadeia produtiva do setor (WAACK; NEVES, 1998; LEÃO, 2002).

Em 1989, com a política do Proálcool, aproximadamente 4,5 milhões de carros no Brasil eram movidos a etanol, cerca de 60% da gasolina havia sido substituída por este combustível. Entretanto, a elevação dos preços internacionais do açúcar, aliada à queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, obrigaram os produtores do setor sucroenergético a dedicarem maiores investimentos e elevarem a produção, o que reduziu a oferta de etanol e provocou uma grave crise de abastecimento, com consequente perda de credibilidade por parte do consumidor em relação ao programa (VIERA e LIMA, 2006).

A partir de meados de 1997, o Governo Federal passou a gradativamente desregular o setor, tornando-se um mero fiscalizador desse mercado. O primeiro passo concreto para a desregulamentação do setor foi a privatização das exportações do açúcar e do álcool a partir da safra de 1997/1998, findando o sistema de contingenciamento por meio de cotas. Porém, somente em 1º de fevereiro de 1999, instalou-se o sistema de preços liberados, tanto para cana-de-açúcar, como para todos os produtos da agroindústria sucroalcooleira. (WAACK; NEVES, 1998; LEÃO, 2002).

Para Theodoro (2011) e Pereira Santos (2009), a expansão sucroenergética se deu a partir de 2003, principalmente na região Centro-Sul do Brasil<sup>5</sup> (oeste de São Paulo, sul e sudoeste de Goiás, sudeste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) em decorrência de razões conjunturais e estratégicas referentes ao setor.

## **3 - Mercado da cana-de-açúcar**

Desde a implantação do Proálcool no Brasil, em 1975, o país se destacou cada vez mais no setor sucroenergético<sup>6</sup> inclusive alcançando reconhecimento mundial na produção de energia considerada “limpa” e renovável, alcançando a

liderança na produção de cana-de-açúcar e seus subprodutos: como o etanol e o açúcar. O país ocupa o posto de maior exportador do mundo devido a fatores como menor custo de produção entre os principais competidores do mercado internacional, além de liderar o conhecimento da biotecnologia da cana (LEÃO, 2002).

De acordo com a Tabela 1, países como Brasil, Índia, China, Tailândia e México apresen-

tam posições de destaque no cultivo da cana, com 277,8 mil ha; 111,5 mil ha; 68,8 mil ha e 50,4 mil ha, respectivamente. Todavia, dentre estes citados, somente o Brasil direciona seu cultivo para a produção de etanol e açúcar. Nos demais, o cultivo está direcionado apenas para a produção de açúcar. Em 2010, a produção de cana-de-açúcar foi de 627,3 mil ha que excedeu em mais de 100% a segunda colocada, Índia.

**Tabela 1 - Principais países produtores de cana-de-açúcar no mundo, no período de 2000-2010 (em milhões de toneladas).**

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Brasil</b>	254,9	293	321,7	349,6	374,7	382,3	428,3	495,5	552,8	622,6	627,3
<b>Índia</b>	299,3	296	297,2	287,4	233,9	237,1	281,2	355,5	348,2	285	277,8
<b>China</b>	69,3	78	92,2	92	91	87,6	93,3	113,7	124,9	116,3	111,5
<b>Tailândia</b>	54,1	49,6	60	74,3	65	49,6	47,7	64,4	73,5	66,8	68,8
<b>México</b>	44,1	47,3	45,6	47,5	48,7	51,6	50,7	52,1	51,1	49,5	50,4

Fonte: Anuário estatístico da Agroenergia – MAPA (2013). Elaboração dos autores.

Em relação à quantidade de cana-de-açúcar moída no Brasil desde a safra 2000/01 até 2011/12 é notória a predominância da Região Centro-Sul. Tal predominância é decorrente da localização dos principais estados produtores do país: São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais, que juntos produzem em torno de 80 % do total no país (CARVALHO, 2006).

A partir da safra 2006/2007, a produção de cana moída passou dos 400 milhões de toneladas e alcançou mais de 600 milhões de toneladas na safra 2010/11, sobretudo pela implantação de novas usinas na região Centro Sul, nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (UNICA, 2012).

### 3.1- A produção de etanol

A região Centro-Sul brasileira se destaca tanto na produção de cana-de-açúcar quanto na produção de etanol, com ênfase para os principais estados produtores: São Paulo, líder nacional, seguidos de Goiás, Minas Gerais e Paraná, que juntos somaram 91% do etanol comercializado no país.

Na safra 2000/01, a produção de etanol anidro era de 5.584.730 m<sup>3</sup>, representando 53% do etanol produzido no país, enquanto o etanol hidratado era de 4.932.805 m<sup>3</sup>, com um percentual de 47%. Entretanto, na safra de 2005/06, a produção de hidratado (8.144.939 m<sup>3</sup>) superou a produção de etanol anidro (7.663.245 m<sup>3</sup>), representando 52% e 48%, respectivamente. Na safra de 2011/12, a relação percentual do etanol hidra-

5 - Segundo o MAPA (2011), a política nacional para a produção da cana-de-açúcar está orientada pela expansão sustentável da cultura, baseado em critérios econômicos, ambientais e sociais. Segundo o ministério, o programa Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAEcana) faz a regulação do plantio da cana, considerando o meio ambiente e a aptidão econômica da região. A partir de um estudo minucioso, são estipuladas as áreas propícias ao plantio com base nos tipos de clima, solo, biomas e necessidades de irrigação. Está previsto, ainda, um calendário para redução gradual, até 2017, da queimada da cana-de-açúcar em áreas onde a colheita é mecanizada, proibindo o plantio na Amazônia, no Pantanal, na Bacia do Alto Paraguai (BAP) e em áreas com cobertura vegetal nativa.

6 - O termo sucroenergético passou a ser adotado em substituição ao sucroalcooleiro, uma vez que o setor incorporou, além da produção de açúcar e etanol, a produção de biomassa, um subproduto utilizado para a produção de energia elétrica oriunda da queima do bagaço da cana (UNICA, 2011).

tado é quase o dobro do etanol anidro alcançando 60% (MAPA, 2013).

O aumento na produção de etanol entre as safras 2000/01 a 2011/12 tem como uma de suas explicações o crescente aumento da frota de veículos *Flex Fuel* lançados no Brasil em 2003, que intensificou fortemente o consumo de etanol. Segundo dados da ÚNICA (2013), a frota brasileira desses veículos aumentou em torno de 51,2% entre os anos de 2005 a 2011.

O etanol brasileiro é exportado principalmente para países como Holanda, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos, Japão, Índia, Argentina, Austrália, Bélgica, Nova Zelândia, Noruega, Venezuela e Finlândia. Em relação aos preços médios do etanol exportado, houve uma queda significativa do

ano de 1998 para 1999, motivada pela desregulamentação do setor, que acabou com o sistema de contingenciamento por meio de cotas havendo um aumento de oferta (UNICA, 2013).

### 3.2 - A produção de açúcar

Além dos principais estados produtores de etanol do país, o estado de Alagoas, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, passaram a fazer parte do grupo Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná como os principais produtores de açúcar do Brasil. A Tabela 2 apresenta a produção de açúcar desses estados, na qual mais uma vez, São Paulo se destaca com a produção de 61% do açúcar brasileiro na safra 2011/12.

**Tabela 2 – Produção de açúcar nos principais estados produtores do Brasil. Safra 2003/04 a 2011/12 (em milhões de toneladas)**

Estado/Safra	2003/04	2004/ 05	2005/ 06	2006/ 07	2007/ 08	2008/ 09	2009/10	2010/ 11	2011/ 12
Alagoas	2.496	2.389	2.104	2.137	2.509	2.201	2.101	2.499	2.348
Goiás	668	730	750	766	952	958	1.384	1.805	1.752
Mato Grosso do Sul	403	412	401	576	616	657	747	1.329	1.588
Minas Gerais	1.347	1.665	1.742	1.910	2.118	2.208	2.685	3.244	3.238
Paraná	1.865	1.814	1.503	2.178	2.511	2.460	2.431	3.022	3.008
Pernambuco	1.393	1.464	1.215	1.357	1.433	1.519	1.516	1.348	1.482
São Paulo	15.172	16.495	16.834	19.419	19.105	19.662	20.729	23.446	21.068

Fonte: UNICA (2013)– Elaboração dos autores.

Por se tratar de um dos maiores produtores de açúcar, uma parte da produção brasileira é exportada para atender a demanda mundial. Os números da safra 2011/12 revelam que cerca de 69% do açúcar produzido no país foi exportado, enquanto 31% foram consumidos pela demanda interna. Os principais exportadores são São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Alagoas (UNICA, 2013).

Entre os principais importadores do açúcar brasileiro, destacam-se União Européia, Estados Unidos, Indonésia, China e Emirados Árabes. Embora a quantidade exportada tenha sofrido uma queda pontual, os valores exportados têm batido consecutivos recordes devido à contínua alta do valor médio do açúcar. Esses valores têm estimulado as empresas do setor a destinar uma parcela crescente da cana moída para a produção de açúcar (UNICA, 2013).

Atualmente o Brasil segue como maior produtor mundial de açúcar mantendo o elevado

nível das exportações, principalmente para China, que é o segundo maior cliente do produto produzido pelos brasileiros, que absorveu cerca de 8% do volume exportado pelo país em 2011 (UNICA, 2011).

## 4 - A agroindústria sucroenergética em Goiás

### 4.1- O SAG canavieiro

Nos últimos 10 anos, Goiás tem sido palco de grandes transformações na produção agrícola, principalmente quando se analisa a expansão e a implantação dos SAG's no estado. Nos anos 80, observa-se a expansão do SAG de grãos e a consolidação do setor a montante. No final dos anos 90, constata-se a implantação do SAG de aves e suínos no estado, atraídos principalmente pela política de incentivos fiscais, pela produção de grãos e pela disponibilidade de terras a preços



mais baixos. Entretanto, a partir de 2004 houve uma competição por terras com a crise nos setores de grãos e o aumento da área da cultura canavieira. Isso se deu principalmente na Mesorregião Sul Goiano que passou a apresentar números que revelaram que existia uma forte relação da queda da produção de grãos com a expansão da cultura canavieira no estado (LIMA, 2010).

A autora discute em sua tese de doutorado a mudança na estrutura fundiária e do uso do solo com a expansão da agroindústria canavieira no estado a partir de 1990. De forma resumida, ela afirma que muitas culturas tradicionais no estado foram sendo substituídas gradativamente pela cana. Claro que isso se deu em maior e menor grau em diferentes municípios pertencentes às mesorregiões do Sul Goiano e Sudoeste. Esse processo desencadeou uma forte concorrência no uso do solo de maior produtividade. A atração da cana para o estado<sup>7</sup> e, conseqüentemente, de grupos agroindustriais de outros estados se deu também devido a crise de 2008 e 2009, com o barateamento das terras, combinado com a política de incentivos fiscais no estado.

Com a entrada de novos grupos de usinas no estado de Goiás, a expectativa é que emergisse um novo padrão de fornecimento de cana-de-açúcar para as agroindústrias, com a presença do fornecedor. Este foi bastante defendido pelas entidades do setor para a melhor coordenação entre eles e as empresas, embora o fornecimento de cana própria tem-se mantido ainda como principal. Em Goiás, prevalece, portanto, a lógica da valorização do capital na forma da propriedade privada da terra. Ou seja, as usinas optam pela integração completa no controle dos insumos da cadeia, mesmo que haja fortes indícios econômicos das vantagens do papel do fornecedor autônomo (LIMA, 2010).

A autora ainda ressalta que na safra 2004/05, o total de cana própria alcançou 86%, enquanto que 14% eram de fornecedores. A par-

tir desta safra, houve uma redução da participação da cana própria e o concomitante crescimento dos fornecedores independentes. Isso alterou o padrão de fornecimento das usinas no estado, atingindo 21% da cana moída em 2008/09. Este movimento tornou-se mais evidente nas microrregiões tradicionais de culturas de grãos, nas quais os produtores agrícolas capitalizados passaram a cultivar a cana-de-açúcar enquanto estratégia de diversificação da produção das atividades na propriedade.

O arrendamento das terras para usinas é uma prática que pode ser observada nas várias regiões tradicionais, revelando que o produtor dificilmente retorna a atividade rural após tal processo, já que ocorre a descapitalização e sucateamento de máquinas e equipamentos, com o concomitante processo de distanciamento das antigas práticas rurais (LIMA, 2010).

O ritmo e a profundidade das mudanças que poderão ocorrer na estrutura de governança e na forma de coordenação do setor irá depender do novo ambiente institucional e organizacional que esta sendo articulado. A FAEG tem procurado desenvolver um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento de parcerias entre os produtores rurais e as unidades industriais, através de mecanismos de regulação dos direitos e deveres dos principais agentes do segmento. Tem buscado, juntamente com outras instituições de apoio, meios de inserir o produtor rural como fornecedor independente de matéria-prima para as usinas/destilarias existentes, bem como naquelas com projetos de implantação e/ou expansão. No entanto, mesmo com a forte atuação da FAEG no sentido de fomentar o surgimento de fornecedores independentes de matéria-prima para as usinas/destilarias existentes e/ou em expansão, qualquer mudança que venha a ocorrer na estrutura de governança do setor, além daquelas já previstas nas estratégias de implantação e/ou expansão, dependerá da nova dinâmica do setor e da interação dos agentes, bem como de longo prazo para sua consolidação. Isto porque o ciclo da cana dura de seis a sete anos e grandes transformações podem exigir pelo menos dois ciclos (SILVA, 2008, p.124-5).

7 - Lima (2010) ressalta que a expansão da cultura da cana no estado está associado ao aproveitamento do solo, já que as usinas instaladas ou em fase de instalação, localizaram-se nas regiões com maior potencial agrícola, ou seja, foram implantadas em áreas de maior produtividade. Outro fator de expansão está na promessa de melhorar as condições de infraestrutura logística das rodovias para escoamento da produção goiana, localizadas próximas da região Sul, Sudeste, Nordeste e Norte do país. Além desses dois fatores, um outro pode ser apontado: a ausência de uma regulamentação estadual quanto às áreas de zoneamento para o cultivo da cana-de-açúcar, como foi o caso de Rio Verde, com a aprovação da lei municipal restringindo o plantio da cana em detrimento as demais culturas.

Portanto, a expansão da agroindústria canavieira em Goiás foi acompanhada por uma nova configuração produtiva no estado e os seus impactos nas formas de coordenação dos agentes. Dessa forma é importante compreender as razões do elevado nível de integração das usinas no estado e analisar as estratégias das mesmas em implantação para o suprimento de cana-de-açúcar enquanto mecanismo de estabilidade de oferta desta matéria-prima na cadeia produtiva.

### 4.2 - Conjuntura do setor

Dentre os municípios goianos que são destaque no setor sucroenergético estão Goiatuba, Itumbiara, Porteirão, Goianésia, Quirinópolis, Turvelândia e Edéia. O estado de Goiás apresenta a maior extensão de áreas aptas ao cultivo da cana-de-açúcar e a maior extensão de áreas aptas ainda não cultivadas com cana, ou seja, pode-se dizer que sob o aspecto de disponibilidade de terras, o estado se apresenta com o maior potencial de crescimento do setor no país (OTTO; NEVES; PINTO, 2012).

Segundo a FAEG (2009), de forma pontual, dentro da crescente expansão da cana-de-açúcar

no país, o estado de Goiás apresentou uma importante participação em duas etapas. A primeira, foi a partir dos anos 80, influenciado pelo primeiro ciclo do Proálcool e; a segunda se deu a partir de 2003, ano que se iniciou um grande avanço de novas usinas e a política de expansão das usinas existentes. Neste segundo momento destaca-se uma política de forte incentivos fiscais e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento e recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, na implementação da meta do governo estadual, que pretendia consolidar o estado como o novo celeiro da produção de etanol no Brasil.

Segundo Otto; Neves; Pinto (2012) é notório o alto investimento e incentivo por parte do governo goiano, que por meio do programa Produzir, passou a fomentar e subsidiar o crescimento do setor sucroenergético no estado. No período de 2003 a 2010 (Tabela 3), os investimentos no setor sucroenergético foram de R\$ 5.959.798.112, o que corresponderam a 62,2% do total dos investimentos destinados à implantação e expansão de vários segmentos no período. Já os incentivos para o setor foram da ordem de R\$ 23.423.607.478, correspondendo a 37,5% do total dos incentivos destinados a todos os segmentos fomentados no período.

**Tabela 3- Projetos de investimento industriais beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) – 2003 a 2010**

Segmentos	Projetos		Investimentos*		Incentivos*	
	Nº	%	R\$	%	R\$	%
Sucroalcooleiro	49	8,8%	5.959.798.112	62,2%	23.423.607.478	37,5%
Automotivo	14	2,5%	586.870.130	6,1%	10.533.320.380	16,9%
Alimentício (outros)	58	10,5%	377.158.785	3,9%	2.495.827.822	4,0%
Farmacêutico	37	6,7%	332.571.707	3,5%	2.826.112.555	4,5%
Frigoríficos	12	2,2%	314.639.066	3,3%	1.846.159.815	3,0%
Químico	48	8,7%	286.692.891	3,0%	2.463.252.510	3,9%
Óleos Vegetais	9	1,6%	252.169.600	2,6%	2.517.907.033	4,0%
Laticínios	43	7,8%	146.082.486	1,5%	2.269.106.185	3,6%
Outros	284	51,3%	1.319.020.158	13,8%	14.102.278.656	22,6%
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.575.002.935</b>	<b>100,0%</b>	<b>62.477.572.434</b>	<b>100,0%</b>

\* Investimentos em implantação e expansão

\*\* Trata-se de um crédito de ICMS, limitando a 73% do imposto devido, a ser gozado ao longo de todo período do contrato ( de 7 ou 15 anos, dependendo do caso)

Fonte: adaptado de OTTO, NEVES, PINTO (2012, p 131).

Entre 2004 e 2011, observou-se um grande número de novos projetos de financiamentos aprovados pelo BNDES atingindo seu auge em 2010 em termos de desembolso com R\$ 7,5 bilhões. Entretanto, com a crise de 2008, reduziram-se os desembolsos em 2009 e 2011, para R\$ 6,4 e R\$ 5,6 bilhões, respectivamente. Nesta direção também tem reduzido o número de novas unidades produtoras de etanol e açúcar para apenas 3 em 2011. (QUEIROZ, 2012, p.19).

Segundo dados da Sifaeg, até o final do ano de 2013, Goiás contará com cerca de 34 usinas ativas. Na safra de 2012/2013, o volume de cana-de-açúcar processado pelas unidades produtoras foi de 52.726.898 milhões de toneladas. Esse valor representa um crescimento de 17,0% em relação à safra 2011/2012, quando foram processadas 45.220.066 milhões de toneladas (NOVA CANA, 2013).

No que diz respeito à produção de açúcar no estado de Goiás, a presença do mercado de açúcar pode ser uma alternativa de diversificação importante, mesmo quando o principal objetivo é o mercado de etanol, pois ajuda a equilibrar as contas das usinas em momentos de volatilidade do mercado de combustível.

O açúcar produzido em Goiás é consumido no próprio estado, já que as longas distâncias até os portos marítimos tornam a exportação um negócio pouco interessante, havendo escoamento da produção para abastecimento das indústrias nacionais de alimentos e bebidas.

Já em relação ao etanol, Goiás cresceu em relação aos principais estados produtores do país, atingindo o crescimento de 741% quando se compara as safras 2000/01 a 2011/12. Assim como no caso do açúcar, o recuo observado na safra 2011/12 se deve à quebra de safra de cana-de-açúcar, decorrente de condições climáticas (OTTO; NEVES; PINTO, 2012).

### **Considerações Finais**

No Brasil, desde a chegada da cana-de-açúcar em 1533 surgiram incentivos do governo, que culminaram na criação de importantes órgãos, como o IAA em 1933, o Proálcool em 1975 e

o resgate do etanol, com chegada dos carros *flex* no país em 2003. A dinâmica da atual política do governo federal com tais incentivos impulsionou a produção e o consumo de etanol, consolidando o Brasil como um dos líderes mundiais, seja na produção de cana-de-açúcar, seja na produção de etanol e açúcar.

Entretanto, vale ressaltar que tal expansão do setor dependeu da formação e constituição dos SAG's enquanto importantes cadeias de coordenação entre os agentes. No caso do SAG sucroenergético, a cadeia produtiva é complexa e a institucionalização dos contratos entre os agentes torna-se muito salutar na medida em que passa a funcionar como um garantidor da estabilidade da oferta da matéria-prima e também do produto final como o etanol, a açúcar e a energia da biomassa.

Constatou-se que em Goiás o SAG sucroenergético na safra 2003/04, o processo de coordenação com forte integração de governança, com cerca de 86% de participação da cana moída das usinas e 14% para os fornecedores autônomos. Na safra 2008/09, houve alteração, com elevação da participação dos fornecedores de cana para 21%, revelando a importância na coordenação do setor. Além disso, o estado vem se destacando nesse cenário de expansão do setor, já que possui uma vasta quantidade de áreas cultiváveis e clima favorável. Destaca-se ainda a localização no centro do país, o que permite também a distribuição do produto (etanol e açúcar) para as regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste.

Vale destacar ainda de acordo com os dados analisados, a produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar em Goiás aumentou consideravelmente, graças à política de incentivos fiscais do governo estadual com a implantação e a expansão de usinas no estado, o barateamento das terras o que atraiu capitais de outros estados, conjugada a crise de 2008/09.

## Referências Bibliográficas

Anuário Estatístico de Agroenergia (2013). In: BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA, 2013). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acesso em: 12 jun 2013.

AVELHAN, B. L. ; SOUZA, J. P. de. Estruturas de Governança no Sistema Agroindustrial Sucroalcooleiro da região de Araçatuba-SP. In: **48º Congresso SOBER**. 25 a 28 de julho de 2010, Campo Grande - MS.

AZEVEDO, P. F. **Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura**. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA, 2012). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acesso em: 12 jun 2013.

CARVALHO, G. R. **O setor sucroalcooleiro em perspectiva. Boletim de conjuntura agropecuária**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, março de 2006. 17 p. Disponível em <[http://www.cnpem.br/conjuntura/0603\\_Sucroalcooleiro.pdf](http://www.cnpem.br/conjuntura/0603_Sucroalcooleiro.pdf)>. Acesso em: 23 jun 2013.

CONAB, **Companhia Nacional de Abastecimento (2012)**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 15 jun 2013.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS (FAEG). Disponível em: <http://www.sistemafaeg.com.br/busca-no-site>. Acesso em: 23 jun 2013.

IDEA online: **cana, açúcar, bioenergia e etanol** (2011). Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/clipping/com-safra-menor-brasil-deve-importar-mais-etanol-este-ano.html>. Acesso em: 29 mai 2013.

LEÃO, R. M.. **Álcool, energia verde**. São Paulo: Iqual Editora, 2002.

LIMA, D. A. L. L. **Estrutura e Expansão da Agroindústria Canavieira no Sudoeste Goiano: impactos no uso do solo e na estrutura fundiária a partir de 1990**. Campinas-SP, 2010; Unicamp. (Tese de Doutorado), 247p.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. Sistema agroindustrial da cana: cenários e agenda estratégica. *Economia aplicada*, v. 11, n. 4, p. 587-604, 2007.

ORTEGA, A. C.: **A Indústria de Rações: da especialização à integração vertical**. NPCT/UNICAMP/CNPq. Campinas-SP. 141p, 1988.

OTTO, I. M. C.; NEVES, M.F.; et al. **Cadeia produtiva sucroenergética** – FIEG. Goiânia, 2012.

NOVA CANA. **Portal da Cana: etanol, açúcar e cogeração**. Disponível em: [www.novacana.com](http://www.novacana.com). Acesso em 07 jun 2013.

PEREIRA SANTOS, A.: **Natureza e Trabalho na lógica do Capital: contradições sociais do desenvolvimento econômico e limites ambientais do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil**, 2009.

QUEIROZ, A. M.; A caracterização do crédito agrícola brasileiro para o setor sucroalcooleiro. In: **III CONGRESSO INTERNACIONAL -X SIMPOSIO- DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. CEINLADI** (Centro de Investigación en Estudios Latinoamericanos para el Desarrollo y la Integración). Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires, 2012.

SILVA, S. M. **Competitividade e coordenação no sistema agroindustrial de cana-de-açúcar no Estado de Goiás**. EA/UFG; (Dissertação de Mestrado), 147p. Goiânia-GO, 2008. Disponível em: [http://ppagro.agro.ufg.br/uploads/170/original\\_Competitividade-sistema-cana-de-acucar.pdf](http://ppagro.agro.ufg.br/uploads/170/original_Competitividade-sistema-cana-de-acucar.pdf). Acesso em: 26 nov 2013.

THEODORO, A. D.: **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: ocupação da cobertura vegetal do Cerrado**. Araçatuba,SP: Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, 2011.

UNICA, **União da indústria de Cana-de-açúcar** (2011, 2012 e 2013). Disponível em: [www.unica.com.br](http://www.unica.com.br). Acesso em: 10 jun 2013.

VIEIRA, M. C. A.; LIMA, J. F.; BRAGA, N. M. Setor sucroalcooleiro brasileiro: evolução e perspectivas. **BNDES setorial, Rio de Janeiro, Banco de Desarrollo del Brasil**, 2006.

WAACK, R. S.; NEVES, M. F. **Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar** (1998). In: FARINA, E. M. M. Q. e ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade no Agribusiness Brasileiro**. Volume V, Versão Final. São Paulo. PENZA/FIA/FEA/USP (1998).

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. (Org.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. 1ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. p. 01-21.

## Importância socioeconômica do agronegócio goiano no cenário nacional

Fernando Borges Amaral<sup>1</sup>  
Kleber Rodovalho de Souza<sup>2</sup>  
Alcido Elenor Wander<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetivou identificar a importância socioeconômica do agronegócio goiano para o Brasil. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Com base nos resultados pode-se observar que o agronegócio goiano vem ganhando destaque no cenário nacional, tendo o 2º maior PIB da região Centro-Oeste, respondendo por 27,5%, e a 9ª posição no ranking do PIB nacional, além de ser um dos principais setores que colaboram para os resultados positivos da balança comercial não só do estado, mas também do país. Além disso, o setor se destaca na melhoria da qualidade de vida de sua população, com grande participação na geração de empregos e renda. Com base nos resultados conclui-se que a dinamização econômica e social do estado de Goiás se dá por meio do desenvolvimento do agronegócio.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Goiás; Brasil; Importância socioeconômica.

### Introdução

A soma dos setores produtivos (produção dentro das fazendas), como os de fabricação de insumos e os de processamento do produto final, bem como as suas relações de dependência, recebe atualmente o nome de agronegócio (BATALHA, 2007). O conceito de agronegócio teve suas bases nos trabalhos de Davis e Goldberg (1957) e Goldberg (1968), em que se cria um conceito de maneira sistêmica para explicar as transformações pelas quais passam os produtos.

Segundo Goldberg apud Zylbersztajn (2000), um sistema de *commodities* engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba

1 - Gestor de Agronegócio (UFV), Mestrando em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: fernando.b.amaral@hotmail.com.

2 - Administrador (UFG), Mestrando em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: krodvalho@gmail.com.

3 - Engenheiro Agrônomo (University of Kassel, Alemanha), Doutor em Economia Agrícola pela Georg-August-Universität Göttingen (Alemanha). Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: alcido.wander@embrapa.br.

todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio.

Atualmente, o agronegócio brasileiro se apresenta como um dos principais setores da economia, tanto na geração de renda e emprego, quanto nos resultados positivos apresentados na balança comercial do país. Esta atividade responde por quase um terço do PIB brasileiro. Nos últimos dez anos o aumento da competitividade da pecuária e agricultura do Brasil juntamente com os esforços tanto por parte do governo quanto da iniciativa privada para divulgação do produto agrícola brasileiro no exterior, possibilitaram aumentos sucessivos das exportações do agronegócio. Essa melhoria na competitividade se deve em grande parte, aos patamares atingidos pelos níveis tecnológicos nas últimas duas décadas, principalmente pelos produtores rurais, fazendo com que o Brasil pudesse atualmente dobrar a produção de grãos em relação à década de 80 com a mesma área plantada. Fato é que esse avanço só foi possível graças ao alto desenvolvimento de insumos, basicamente sementes, adubos e agrotóxicos (GUANZIROLI, 2006).

Para Cruvinel (2009), o agronegócio é o maior negócio do Brasil, envolvendo as atividades de estocagem, industrialização e comercialização de insumos, de produtos pecuários e agrícolas. Também é o setor com maior possibilidade e capacidade de criação de empregos diretos e indiretos.

No longo prazo existem grandes chances de o Brasil aumentar sua produção agrícola, principalmente o milho e a soja, pois são atualmente os expoentes do agronegócio brasileiro. Essas chances estão embasadas pela existência de grandes áreas deficientemente exploradas ou ainda inexploradas que poderão ser incorporadas à produção como o que vem ocorrendo nos últimos anos com os cerrados no Brasil (GUANZIROLI, 2006). Segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA (2009), até 2015 a participação nacional no mercado internacional de soja deve atingir 46%, e seguindo essa tendência de crescimento também estão incluídos o frango que chegará a 66%, e a

suinocultura que deverá quadruplicar sua participação, podendo chegar à metade do mercado internacional. A representatividade do agronegócio mundial chega à marca de US\$ 6,5 trilhões/ano ao passo que, no Brasil, esse valor está em torno de R\$ 350 bilhões, aproximadamente 29% do PIB.

Segundo Damiani (2010), a região Centro-Oeste vem se consolidando como celeiro do Brasil, tendo em vista que nos últimos 20 anos seus estados membros alcançaram taxas médias de crescimento anual em torno de 4,5%, sendo que o principal impulsionador deste crescimento foi a base econômica do agronegócio. Do Centro-Oeste são extraídos 56% do algodão brasileiro, 44% da soja, 27% do milho, 14% da cana-de-açúcar e 14% da carne.

Dentre os estados integrantes da região Centro-Oeste, o estado de Goiás se destaca na produção de vários produtos como soja (onde se produz aproximadamente 46% da soja brasileira), cana-de-açúcar e milho, que considerando o valor da produção de toda a lavoura temporária do estado representam aproximadamente 80% do total (IBGE, 2010).

O agronegócio apresenta inter-relações a montante e a jusante das atividades agropecuárias. Isso implica que os produtores negociam direta ou indiretamente com todos os elos que compõem o setor. Com isso, o agronegócio possui capacidade inigualável de impulsionar diferentes setores da economia, seja indústria, comércio ou serviços, gerando emprego e renda, reforçando, assim, a sua importância para o país.

Seguindo essa temática, o presente estudo tem como problema de pesquisa analisar qual a importância econômica e social do agronegócio no Brasil e em Goiás.

Como objetivo geral, o artigo busca, por meio do levantamento bibliográfico e pesquisa documental, analisar a importância do agronegócio para o estado de Goiás. Especificamente, o artigo busca efetuar uma descrição do estado atual do agronegócio goiano, determinar oportunidades de crescimento e perspectivas futuras, analisar a participação do agronegócio goiano na economia nacional, identificar a importância social no desenvolvimento do estado.

Este trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção são apresentados os procedimentos metodológicos e a fonte de dados utilizados para a solução do problema de pesquisa; na segunda, os resultados obtidos são analisados e discutidos e, na última são apresentadas algumas considerações sobre o estudo.

## 1 - Metodologia

O objetivo da metodologia é aperfeiçoar os procedimentos e critérios que serão utilizados em uma pesquisa, ao passo que, método é o caminho que leva a determinado fim ou objetivo (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

A pesquisa bibliográfica é necessária a qualquer tipo de pesquisa científica, pois objetiva explicar e discutir um problema, assunto ou tema recorrendo às publicações correlatas ao assunto da pesquisa, anteriormente disponibilizadas (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

De acordo com Gil (2009), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Oliveira (2007) ressalta que “o mais importante para quem faz a opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. Desta forma, pode-se concluir que qualquer tipo de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa, (RAMPAZZO, 2004).

A pesquisa documental se utiliza de documentos, informações e evidências dos mais variados tipos como fonte de dados. Como exemplo pode-se citar diários, gravações, fotografias, filmes e mapas (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

A operacionalização desta pesquisa usou a técnica de análise de documentação indireta por intermédio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. No decorrer de sua execução, os seguintes procedimentos metodológicos serão contemplados: Revisão de literatura com intuito de

conceituação dos diversos temas abordados pela pesquisa, análise de publicações e documentos que permitissem situar com maior clareza o estado atual dos temas vinculados à pesquisa.

### 1.1 - Fonte de Dados e Variáveis

Os dados utilizados na pesquisa bibliográfica e documental foram coletados junto à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC), ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e à Gerência de Estatística Socioeconômica da SEGPLAN.

As informações técnicas sobre o panorama do agronegócio brasileiro e goiano, e sobre as suas principais importâncias econômico-sociais foram levantadas com base em periódicos, sites e revistas especializadas.

## 2 - Resultados e Discussão

Com uma participação de 27,5% do PIB do Centro-Oeste, Goiás ocupa a 2ª posição no resultado geral da região, em 2009. Nos anos de 2008 e 2009, o crescimento percentual do PIB do estado foi maior que o do país, em 2009 obteve taxa de 0,9% frente ao resultado brasileiro de -0,3%. Mesmo com os impactos da crise financeira mundial, Goiás manteve crescimento econômico, que em grande parte se deve aos dinâmicos resultados oriundos do agronegócio (SEGPLAN, 2011).

Nas últimas décadas, o agronegócio goiano vem aumentando sua área plantada na produção agrícola e diversificando suas culturas. Tem sido recordista em geração de emprego no país e importante fornecedor para o dinâmico mercado nacional.

Segundo dados da SEGPLAN (2011), o PIB goiano atingiu a marca de R\$ 85,615 bilhões possibilitando ao estado a 9ª posição no ranking brasileiro, representando 2,6% de toda a riqueza gerada no país em 2009. Confirmando a vocação para o agronegócio, o setor que mais apresentou crescimento no estado foi a agropecuária com

6,9% seguido pelo de serviços 1,3% e indústria, que houve redução de 2,7%. O PIB *per capita* em Goiás atingiu em 2009 R\$ 14.446,00, fazendo com que o estado subisse para a 11ª posição no ranking nacional, ajudando a melhorar este indicador de desenvolvimento econômico.

A trajetória do agronegócio em Goiás tem-se mostrado bastante audaciosa e vem ganhando destaque em âmbito nacional, não somente na questão econômica, mas também na questão social, propiciando condições para a melhoria da qualidade de vida da população. Atualmente no estado foram gerados 104.331 empregos formais, no ano de 2010, segundo dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego – MET (2010), o correspondente a 49% do total de 213.287 empregos gerados pela região Centro-Oeste. Desta maneira, pode-se constatar um aumento, em termos relativos, de 8,6% em relação ao ano anterior, passando de 1.209.310 empregos formais em 2009, para 1.313.641 em 2010. Este aumento superou a média nacional que foi de 6,9%, devido ao destaque na geração de empregos dos setores de serviços e comércio, agropecuários e indústria de transformação.

Goiás é um dos principais produtores de grãos do país, ocupando a quarta posição no ranking nacional. O destaque da produção de grãos é a soja que em 2010 representou 54,3% de todo o volume produzido. Outros grãos também destacam no cenário nacional tais como milho, sorgo, feijão e arroz.

Outro produto que contribui sobremaneira para a geração de renda e emprego para o estado é a cana-de-açúcar. Nos últimos anos, o setor sucroenergético registrou aumento expressivo, saindo de 10,163 milhões de toneladas em 2000 para 48,00 milhões de toneladas em 2012. A expansão da cana-de-açúcar em Goiás se deve aos novos projetos industriais no setor, que em 2005 contava com 14 usinas de açúcar e etanol, aumentando para 36 usinas em atividade no ano de 2010. Com essa configuração, o estado se torna importante fornecedor para o mercado interno de açúcar e etanol objetivando também o atendimento ao mercado externo, além de contribuir para o aumento na produção de energia limpa. A Tabela 1 mostra um comparativo da participação dos principais produtos goianos em relação ao volume produzido em nível nacional.

**Tabela 1: Comparativo entre os principais produtos do agronegócio**

Produtos	Produção (ton.)	Participação Goiás/Brasil (%)	Ranking Nacional (Posição)
Cana-de-Açúcar	48.000.163	6,7	3º
Soja	7.252.926	10,55	4º
Milho	4.759.013	9,2	4º
Sorgo	611.665	39,9	1º
Feijão	288.816	9,15	5º
Arroz	221.419	1,97	7º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEGPLAN-GO (2011).

É importante destacar que todo este volume é produzido em uma área aproximada de 20% de seu território (SEGPLAN-GO, 2011).

A pecuária goiana alcança níveis expressivos no cenário nacional, destacando-se nas atividades tradicionais, como produção de leite e carne, bem como na criação de aves, que entre 2000 e 2010 apresentou crescimento de 108,6%. Neste mesmo período, o rebanho suíno aumen-

tou 74,3%, seguido pelo rebanho bovino com aumento de 16%, e 45,6% na produção de leite. O rebanho bovino no estado ocupa a 4ª posição no ranking nacional, ocupando a mesma posição na produção de leite. Na produção de aves e suínos, o estado encontra-se como o 6º maior produtor no ranking nacional. A Tabela 2 mostra um comparativo entre os principais rebanhos de Goiás em relação ao rebanho nacional em 2010.



**Tabela 2: Comparativo entre principais rebanhos, 2010**

Indicador	Brasil	Goiás	Participação (%)	Ranking Nacional (Posição)
Bovinos (Cab.)	209.541.109	21.347.881	10,19	4º
Suínos (Cab.)	38.956.758	2.046.727	5,25	6º
Aves (Cab.)	1.251.904.806	55.156.362	4,41	6º
Vacas Leiteiras (Cab.)	22.924.914	2.479.869	10,82	2º
Produção de Leite (1.000 litros)	30.715.460	3.193.731	10,4	4º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEGPLAN-GO.

Parte do sucesso do agronegócio goiano se deve à integração entre a agropecuária moderna e a agroindústria. Segundo Cruvinel (2009), no século XXI a agricultura caminha cada vez mais para o uso de novos métodos e de práticas multidisciplinares no intuito de solucionar problemas inerentes à atividade com arcabouço teórico das diferentes áreas do conhecimento. Notadamente, é possível perceber os avanços obtidos nos últimos anos na balança comercial do estado devido em grande parte aos aportes de tecnologias e novos métodos na condução das atividades do agronegócio goiano.

Segundo dados da SEGPLAN (2011), na pauta de exportação goiana de 2010, o complexo soja manteve a liderança com 34% do total exportado mesmo com uma queda de 9,5% em relação ao ano anterior, sendo seguido pelo complexo carne representando 21,5% das exportações. Ocupando a terceira colocação está o complexo de minérios responsável por 23,3% do total das exportações. Entre os destinos dos produtos exportados encontram-se China em 1º lugar com 17,5% das exportações, seguido de Holanda com 11,8%, Índia com 7,7%, Rússia com 6,5%, Reino Unido com 5,1%, Irã com 4,7%, Arábia Saudita com 2,5%, Tailândia com 2,4% e Japão também

com 2,4%, perfazendo em 2010 relações comerciais com 157 países no total.

Para analisar a importância do agronegócio goiano, a Tabela 3 apresenta um comparativo da evolução da balança comercial de 2001 a 2011. Desta maneira, pode-se ver que em quase todos os anos da análise, com exceção somente para o ano de 2010, o estado apresentou um superávit em sua balança comercial, podendo ser explicado, em primeiro lugar, pelo grande avanço do estado de Goiás na inserção no mercado internacional a partir de 2000, por meio de parcerias comerciais com China, Holanda, Índia, Espanha e Rússia, em segundo lugar, à constante demanda mundial por alimentos, principalmente países em desenvolvimento, e finalmente, às políticas cambiais, que devido à desvalorização do real frente à moeda americana, fez com que as exportações fossem favorecidas e as importações obtivessem recuos. Já para o ano de 2010, o volume total exportado foi de US\$ 4,045 bilhões frente a um volume importado de US\$ 4,175 bilhões, apresentando déficit de US\$ 130,653 bilhões, interrompendo uma série de resultados positivos. Segundo a SEGPLAN (2011), esse resultado negativo se deve principalmente pela valorização da moeda brasileira.

**Tabela 3: Evolução do saldo comercial da economia goiana, 2001 – 2010**

Ano	Valor (US\$ FOB)	Ano	Valor (US\$ FOB)
2001	205.510.430	2006	1.099.453.581
2002	322.573.296	2007	1.482.898.734
2003	726.415.101	2008	1.041.554.576
2004	787.402.965	2009	762.273.351
2005	1.093.384.120	2010	-130.651.903

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás.

Outro fator que pode ser levado em consideração para esse resultado negativo no ano de 2010, seguindo a tendência nacional, pode ser o predomínio de produtos com pouco valor agregado frente às importações de produtos com maior valor agregado tais como tratores, automóveis e suas partes, adubos e fertilizantes, maquinários e instrumentos mecânicos em geral, produtos farmacêuticos, químicos orgânicos, entre outros.

### **3 - Considerações finais**

Com os resultados obtidos na pesquisa, constata-se que o agronegócio brasileiro, por responder por aproximadamente um terço do PIB nacional, possui alto índice de geração de empregos e renda, é o grande responsável pelos resultados positivos da balança comercial. Dentre outros fatores, é considerado um dos principais setores da economia do país, tanto na importância do setor no desenvolvimento econômico, quanto na capacidade de impulsionar os demais setores. Ao analisar este setor para a região Centro-Oeste, especificamente para o estado de Goiás, os resultados não são diferentes, pois a dinamização econômica e social da região se dá mediante o desenvolvimento do agronegócio, como pode ser visto nos resultados encontrados.

Para os próximos anos o cenário tende a voltar a ser superavitário, pois de acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012), espera-se um aumento na produção dos principais produtos agrícolas de Goiás. Segundo o MAPA, nos próximos dez anos, Goiás deve liderar a expansão da cana-de-açúcar, alcançando 40,5% de aumento no volume produzido e 41,3% de aumento na área plantada. Os produtos que apresentarão maior dinâmica dentro do agronegócio brasileiro serão o algodão, a soja em grãos, a carne de frango, o açúcar, o milho e a celulose.

Dessas projeções é possível observar o potencial do estado para fazer frente a essa demanda, haja vista que dentre os produtos destacados, soja, milho, frango e açúcar são suas principais culturas na atualidade. De sua área total, 45,5%

das terras são destinadas a pastagens e 17,9% para produção agrícola, mostrando a importância do agronegócio em Goiás. Também, devido às inter-relações existentes a montante e a jusante das atividades agropecuárias, implicando em negócios direta ou indiretamente com todos os elos que compõem o setor, o agronegócio possui capacidade inigualável de impulsionar diferentes setores da economia, seja indústria, comércio ou serviços, gerando emprego e renda.

Apesar de seu enorme potencial multiplicador, o agronegócio goiano ainda precisa enfrentar alguns desafios. Entre esses desafios, alguns que merecem destaque especial são: (a) o atendimento aos requisitos de crescimento preservando os recursos naturais; (b) o desenvolvimento de estratégias de inserção e aumento de produtividade e competitividade de grande parte de seus empreendimentos rurais; (c) a busca de mecanismos que permitam uma maior agregação de valor à produção agropecuária estadual.

Outro fator importante é a concentração das principais atividades agropecuárias no estado. Rio Verde, Jataí e Itumbiara são os municípios que mais se destacam na geração de resultados positivos para o agronegócio goiano, apresentando disparidade tecnológica e produtiva em relação ao restante do estado, onde em sua maioria existe baixo grau de produtividade e de geração de emprego e renda, oriundos das atividades agropecuárias. Nestes municípios tem-se terras relativamente mais férteis, uma infraestrutura logística mais favorável e, sobretudo, um ambiente institucional e organizacional mais favorável. O desafio é oportunizar o surgimento de novos polos de dinamismo do agronegócio no estado, proporcionando um desenvolvimento mais equitativo das regiões.

## Referências Bibliográficas

- BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andréa Lago da. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: Definições, especificidades e correntes Metodológicas.** In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.) *Gestão Agroindustrial: GEPAL – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*, v.1, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **A Evolução do Agronegócio Brasileiro no Cenário Atual.** Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/area/17/Assuntos%20econ%C3%B4micos>>. Acesso em 19 jul. 2012.
- CRUVINEL, Paulo Estevão. **Agronegócio e oportunidades para o Brasil.** Federação Nacional dos Engenheiros. Brasília – DF, 2009. Disponível em: <<http://www.fne.org.br>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- DAMIANI, M. **Apesar de gargalos, agronegócio prospera.** *Jornal Estadão*, 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,apesar-de-gargalos-agronegocio-prospera,16791,0.htm>>. Acesso em 18 jul. 2012.
- DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. **A Concept of Agribusiness.** Boston: Harvard University, 1957.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOLDBERG, Ray Allan. **Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Soybean, and Florida Orange Economies.** Boston: Harvard University, 1968.
- GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações.** Texto para discussão – 186, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/econ>>. Acesso em 25 jul. 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010, a.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 04 jul. 2012.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil Projeções do Agronegócio 2011/12 a 2021/22.** Brasília, Abril de 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 01 ago. 2012.
- MET – Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Evolução do Emprego, 2010.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/2010/default.asp>> Acesso em 30 jul. 2012.
- OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para Alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS; Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas - Goiânia. **Goiás em dados.** SEGPLAN, 2011. 106 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS; Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas - Goiânia. **Os polos econômicos do estado de Goiás.** SEGPLAN, 2011. 71 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>>. Acesso em: 03 jul. 2012.
- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE GOIÁS. **Balança comercial de Goiás 2011.** Disponível em: <<http://www.sic.go.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-21.

# A Problemática das Áreas Verdes na Dinâmica Urbana da Metrópole: O Caso do Jardim Botânico de Goiânia-GO

Marize Barbosa Campos<sup>1</sup>  
Juliana Gomes da Silva de Melo<sup>2</sup>  
Nelton Moreira Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste trabalho procura-se refletir sobre a função do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira (JBAHT), localizado na metrópole goianiense. Essa área é destinada a proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, mas o que se constata é uma constante invasão da área verde do JBAHT desde a sua criação, não atendendo à função original. Essa problemática política e social tem ocasionado um novo olhar sobre seu espaço e uma repulsa por parte da população em frequentá-lo. Portanto, esses fatores demonstram a relevância do estudo sobre as áreas verdes, assim como a importância da conscientização da sociedade sobre esta área e a sua preservação.

**Palavras-chave:** Goiânia; Áreas verdes, Jardim Botânico.;

## Introdução

O Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira (JBAHT) se caracteriza como uma área de proteção ambiental, conforme definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, regulamentada pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Tal definição e conceituação apresentam-se no Zoneamento Ecológico de Goiânia (ZEE-GO). Embora a sua elaboração já estivesse prevista desde a criação da cidade de Goiânia, pelo Arquiteto Atilio Correa Lima, como área de conservação pelo Decreto nº 90-A de 30/07/1938. Entretanto, a implementação e a inauguração do Jardim Botânico só ocorreu em 1978.

Desde sua criação, o JBAHT sofre com constantes ocupações indevidas em seu espaço, principalmente na faixa limítrofe às alamedas que o circundam, trazendo vários conflitos e transtornos para a conservação das áreas de vegetação remanescente.

De acordo com Costa (2004), o JBAHT está situado na região sul da cidade de Goiânia. Os limites do JBAHT são os seguintes: ao sul, a Vila Santo Antônio; a Noroeste, o Setor Pedro Ludovico; e a Leste, a Vila Redenção. Suas coordenadas geográficas são as seguintes:

1 - Especialista em Gestão e Gerenciamento de Obras, Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e Graduação e Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Técnico em Edificações (IFG). E-mail: marqarquitectura@gmail.com

2 - Especialista em Psicopedagogia, Graduada em História e Geografia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: julysgomes@hotmail.com

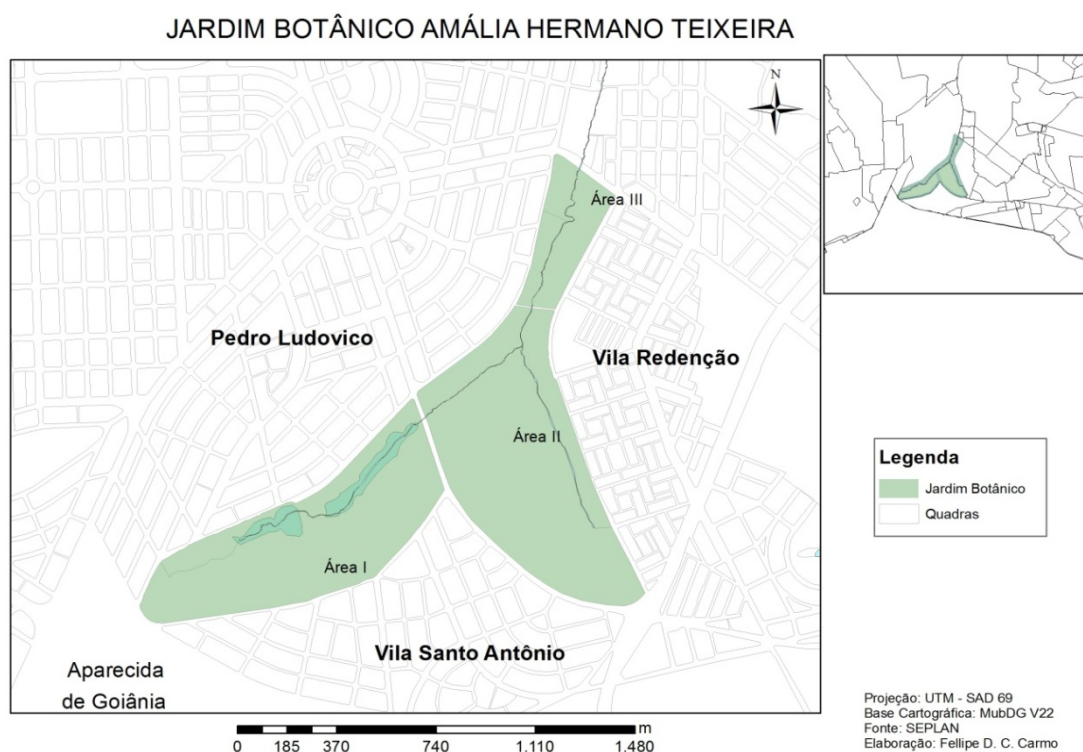
3 - Mestrando em geografia econômica (UFG), Graduado em Geografia (UFG), Técnico em Mineração (IFG), Vínculo: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. E-mail: moreirasouza48@gmail.com

Latitude 16° 43'S; Longitude 49°15' W; Altitude entre as cotas 830m e 840m, ocupando uma área total de 964.000,00 m<sup>2</sup>. Embora, de acordo com a Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA, a área total seja de 1.000.000, 00 m<sup>2</sup>.

O JBAHT está subdividido em duas partes: Área I, com 441.600,00m<sup>2</sup>, que possui três lagos, um Centro de Convivência, um deck/anfiteatro,

uma sede da administração, uma estrutura circular de concreto e uma guarita. A Área II, com 522.400,00 m<sup>2</sup>, contém o Programa de Apoio ao Menor Adolescente - PAMA, o Viveiro da COMURG e o Horto Medicinal. Ainda existe atualmente a Área III, com 83.577,68m<sup>2</sup>, o que diminuiu a Área II para aproximadamente 412.136,92 m<sup>2</sup>, degradando e desmatando ainda mais o JBAHT (Figura 01).

**Figura 01. Localização das áreas do JBAHT 2012.**



Fonte: Arquivo SEPLAN, 2012.

O Jardim Botânico de Goiânia fora previsto desde a implantação da cidade de Goiânia, no Plano Diretor Original e aprovado pelo Prefeito Venerando de Freitas Borges. De acordo com Martins Júnior (1996, p. 51), “A área era de 1,2 milhões m<sup>2</sup>, localizada na nascente do córrego Botafogo, destinada a preservar a mata típica, bem como proteger as nascentes do córrego”. Em sua dimensão territorial apresenta a existência de três nascentes que formam o Córrego Botafogo. No ano de 1960, por intermédio da administração do Estado, so-

freu uma grande intervenção com redução de 20% da sua área original passando a ter uma dimensão de 960 mil m<sup>2</sup>, fatos acarretados pela abertura da Avenida 3ª Radial.

A Coordenadoria do Jardim Botânico foi criada somente em 1994, estando subordinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, hoje Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA. Por meio do decreto nº 665/04/03/1996 aprovou-se o Regimento do Conselho Científico do Jardim Botânico para assessorar a Coordenadoria

do Jardim, o qual hoje se encontra desativado por problemas administrativos. Em um contexto geral, oficialmente o Jardim Botânico de Goiânia surge através do Decreto nº 2.091- 08/05/1998 então denominado de Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira. Torna-se assim, um espaço de pesquisas, conservação, preservação, recuperação e promoção de atividades educativas e ambientais.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo proporcionar uma reflexão da importância do Jardim Botânico de Goiânia e a relação dos moradores com essa área. Vale ressaltar que, dentre as reservas ambientais, o JBAHT está inserido no contexto das políticas de conservação. Inicialmente, ele foi destinado a ser uma reserva ambiental para a preservação do manancial do córrego Botafogo, sendo que atualmente se configura na maior reserva biológica do município de Goiânia.

### **1 - As funções das áreas verdes na dinâmica dos grandes centros urbanos**

Pensar a função das áreas verdes na dinâmica da sociedade atual e conseqüentemente a sua crescente valorização, remete aos fatores de importância atribuídos ao longo da história aos espaços verdes presentes nas cidades. Esses fatores estão ligados aos estilos e aos gostos da sociedade e de cada momento.

Entretanto, a virada do milênio coloca em cena as problemáticas ambientais, estas se ramificam nas estruturas do cotidiano citadino. Desse modo, a presença das áreas verdes nos circuitos das cidades e dos centros urbanos acaba por se tornar ícones de múltiplos sentidos. De forma que de um lado reforça a defesa do meio ambiente e da preservação; do outro, acaba se tornando fetiches de especulações e marketings imobiliários, pelo exíguo espaço e funções que lhes são destinados nos centros urbanos das metrópoles e das grandes cidades. Cabe ressaltar que Goiânia está inserida nessa dinâmica.

Segundo as concepções teóricas de Loboda e de Angelis (2005), a função das áreas verdes

urbanas constitui em um dos espelhos do modo de viver das sociedades que as criaram nas diferentes épocas e culturas. Assim, quando surgiram na forma de jardins tinham uma função “romântica”, ou seja, para dar prazer ao olfato e à visão, ao paisagismo em si. Nas palavras dos autores: “As ideias atuais do que sejam as áreas verdes urbanas estão profundamente enraizadas na história. Por aquilo que se sabe, a princípio ocorreu com a arte da jardinocultura, surgida pela primeira vez, e independentemente, em dois lugares: Egito e China” (2005, p.126).

Ainda segundo os autores, somente no século XIX as áreas verdes passaram a cumprir uma função social, quando inicia o crescimento demográfico das cidades, em decorrência da I Revolução Industrial. Assim, “[...] o fato de observar a natureza e entendê-la como um espaço aberto, ilimitado a quem o homem deveria se submeter fez dos ingleses os pioneiros na idealização e criação dos primeiros parques públicos como hoje os conhecemos.” (LOBODA e DE ANGELIS, 2005, p.128).

No Brasil, o surgimento de áreas verdes remonta a metade do século XVII, em Pernambuco, por obra do Príncipe Maurício de Nassau, com a criação do Jardim Botânico de Recife. A função do Jardim Botânico foi tão somente como obra parte de um paisagismo. Nas últimas décadas, com um processo intenso de urbanização e com os problemas ambientais criados por ela, a concepção a respeito de áreas verdes também veio se alterando. Alguns autores, como Santos (1997), argumentam que o meio ambiente urbano paulatinamente tornar-se-á um ambiente artificial. Em alguns casos, houve a criação de simulacros da natureza. De fato, no surgimento da maioria das cidades brasileiras não houve uma relação harmônica entre o urbano e o meio natural. Quanto às atuais funções das áreas verdes, Guzzo (*apud LOBODA e DE ANGELIS, 2005, p.128*) considera três principais: ecológica, estética e social. Destarte,

As contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam tais impactos decorrentes da industrialização. A função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população.

Ainda de acordo com os autores, pode-se dizer que as áreas verdes nos centros urbanos cumprem três funções básicas: a ecológica, a econômica e a social. Ecológica no sentido de proporcionar conforto térmico em meio ao deserto urbano da cidade, como também por abrigar espécies da fauna e da flora. A social refere-se ao fato de esses espaços tornarem-se locais para o ócio, onde há o desenrolar de práticas socioespaciais. Permeando esses dois aspectos, têm-se o econômico representado principalmente pelas atividades turísticas e/ou do lazer. Nesse sentido, Carlos (2005, p. 174), afirma que:

[...] se por um lado assistimos à tendência da produção de bens imateriais, por outro se vende cada vez mais o espaço, inaugurando um movimento que vai do espaço do consumo ao consumo do espaço, isto é, cada vez mais se compram e se vendem pedaços para a reprodução da vida.

Segundo a autora, a criação de espaços turísticos e de lazer “interfere na produção de novas centralidades, no sentido de que produz polos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas num espaço mais amplo” (op., cit.). Deste modo, essas duas atividades transformam-se em mercadoria, entrando no circuito de troca, criando condições para se formar uma nova centralidade.

Furegato (*apud* STREGLIO e OLIVEIRA, 2011, p. 317) afirma que “[...] a atividade turística em áreas verdes urbanas pode decorrer de fatores como valorização cultural, marketing, situação geográfica favorável, modismo, além do vínculo afetivo que se estabelece entre os moradores e o

seu meio ambiente urbano”. Desta maneira, mesmo que a priori a função das áreas não seja a do turismo, a dinâmica capitalista vai corroborando para que o consumo do espaço torne-se viável pelo marketing turístico e imobiliário. Segundo Streglio e Oliveira (2011, p.318), dessa prática de criação de áreas verdes na cidade decorre uma estratégia da ação do Estado. Segundo os autores,

[...] uma das tendências observadas na gestão pública de diversas cidades brasileiras tem sido a criação de parques urbanos, tendo em vista que estes não apenas contribuem para a conservação ambiental, ou seja, a utilização racional dos recursos naturais disponíveis, mas também tornam mais agradável o dia-a-dia de quem reside nas grandes cidades.

Nesse sentido, há uma eclosão de políticas públicas em direção à construção de áreas verdes nos centros urbanos de todo o país, irradiadas por um discurso ambiental. Porém, conforme Carlos (2011, p. 62), essa é uma das estratégias do capitalismo imobiliário, isto é, a venda da natureza, do verde, como sinônimo de qualidade de vida. Essa tese pode ser comprovada analisando alguns casos específicos na produção do espaço urbano de Goiânia, como é o caso dos parques Flamboyant, no Setor Jardim Goiás, e Leolídio di Ramos Caiado, no setor Goiânia II.

Todavia, não há como negligenciar a função social das áreas verdes nos centros urbanos. Verifica-se um momento de privatização dos espaços públicos, em que as camadas mais desfavorecidas de recursos econômicos da sociedade não conseguem desfrutar destes espaços de lazer.

## 2 - As disputas no espaço urbano na lógica do jardim botânico Amália Hermano Teixeira

As disputas pelo espaço da cidade, e seus reflexos na dinâmica urbana, relevam uma gama de motivos e especificidades entre o tempo e o

espaço. Sendo que ambos se conjugam em relação aos processos de urbanização e modernização dos circuitos da cidade/metrópole. Apoiando-se na concepção teórica Henri Lefebvre, para o qual, concebe o espaço para além dos reflexos de produção e urbanização, como processo de disseminação do urbano. E este deveria ser compreendido enquanto demonstração das relações sociais e ao mesmo tempo aconteceria sobre as mesmas (LEFEBVRE, 1972).

Assim, no entendimento do autor, o processo de urbanização resultaria na condensação dos processos sociais e espaciais e na compreensão de que “é neste espaço dialetizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção, introduzindo nele as contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico”. (LEFEBVRE, 1973). Deste modo, aplicando esta concepção teórica ao espaço conflitante da metrópole goianiense e suas relações sociais com os processos de modernização e urbanização, por um lado transforma as estruturas dos circuitos da cidade, por outro acaba por segregar aqueles desfavorecidos de recursos de desfrutarem estas estruturas. E no caso específico de Goiânia, este processo acaba por intensificar as ocupações indevidas, de áreas inóspitas, promovendo a habitação em locais de reservas ambientais, como o que ocorreu no Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira. Sendo que:

Em 1970, com a expansão urbana da época, se instalaram cerca de 800 famílias, que para construir suas casas, retiravam madeiras da mata, produziam lixos e lançaram esgoto nos mananciais presentes na área. São famílias de baixa renda que buscavam se firmar no território urbano. Algumas destas famílias foram mesmo incentivadas por líderes partidários na apropriação indevida, com a esperança de receberem o título de posse. No mesmo período, a prefeitura instalou um dos viveiros da Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia -COMURG na área II. Estas atividades ocasionam a retirada da vegetação nativa, represamento de cursos d'água. Em meados dos anos 1980 na administração do Prefeito Nion Albernaz, a área I do JBAHT foi utilizada para plantação de hortaliças. As águas dos lagos existentes foram utilizadas

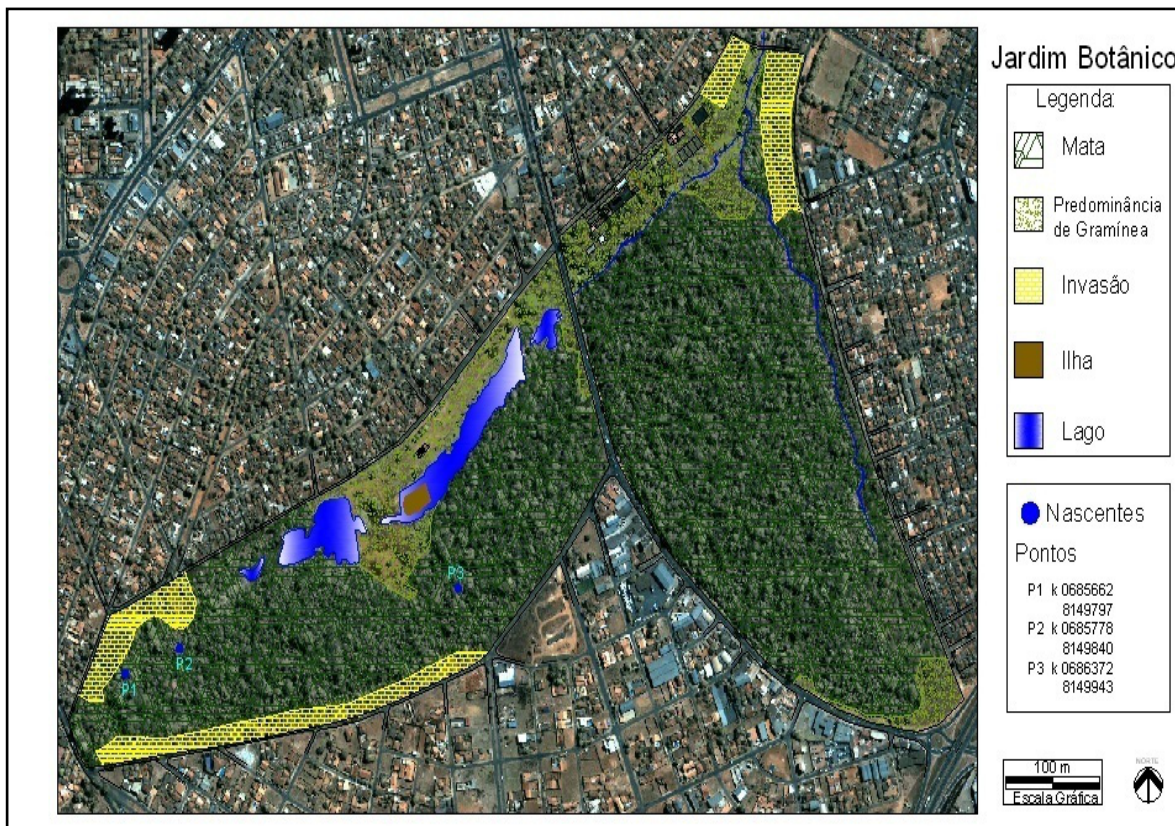
na irrigação das hortas. Os produtos eram utilizados para abastecer as creches municipais. Este uso só foi encerrado com a mudança de gestão. Quando então o Prefeito em exercício, na época Darci Accorsi, oficializa a passagem da área do jardim botânico, a ser um espaço voltado para a realização de pesquisas científicas. (BARBOSA, 2011. p. 49).

No contexto das apropriações e dos diversos usos do espaço do Jardim botânico, os atores sociais afirmam e reafirmam seus diversos papéis, demonstrando as contradições e os jogos de interesses emersos em sua dimensão territorial. Na demarcação e delimitação de sua área de abrangência demonstra o poder das forças antagônicas que surgem dentro da disputa do espaço. São forças que se fazem da contradição entre o poder e o contra poder, de um lado está o município munido do poder de legislar, e do outro a sociedade que se torna refém destas ações. Entretanto, em 1995 começam as ações de negociação para retirada dos moradores que ocupam a área do Jardim Botânico, mas as remoções só se efetivam em meados de 2000, com a saída de aproximadamente 500 famílias.

De acordo com a figura 02, observa-se que em 2006, o problema ainda persistia mesmo com as ações e negociações que haviam sucedido no ano de 2000. Negreto (2003) apresenta em seu estudo que parte dos moradores foi removida para um condomínio chamado “Veredas do Cerrado”, localizado num outro trecho próximo do Córrego Botafogo que está inserida na Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do ZEE de Goiânia.



Figura 02. Localização das áreas de invasão no JBAHT-2006



Fonte: Goiânia (2007a).

É interessante ressaltar que a Área III mencionada anteriormente, conforme a figura 01 se configura fora dos limites aqui apresentados, apesar de ser considerada em sua área total, ou quando é citado o Programa de Apoio ao Menor Adolescente – PAMA. Hoje, o Jardim Botânico conta com três áreas, pois novamente sofreu a intervenção e ruptura com a criação da Rua Nonato Mota, a qual recebe o nome do vereador que conseguiu tal infraestrutura para os moradores que ocupam o espaço.

A Rua Nonato Mota construída recortando parte do JBAHT é fruto de reivindicações dos moradores e reafirma as forças de influência do grupo ali presente, outro fato é que muitos moradores estão na área há mais de quarenta anos. Isso demonstra a forte disputa por parte deles, uma vez que a prefeitura ainda não conseguiu a remoção total das famílias até o momento. Estes fatores são capazes de conferir especificidades aos in-

divíduos que neste espaço, no qual territorializam suas identidades e vivências, criam e recriam seus pertencimentos produzindo efeitos que conferem sentidos à vida humana. Atestando assim a complexidade da vida cotidiana e as influências na dinâmica do espaço.

### 3 - A percepção que os moradores possuem sobre o Jardim Botânico Amélia Hermano Teixeira

Conforme já ressaltado, o JBAHT possui uma grande área verde, destinada originalmente a proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e símbolo de promoção do desenvolvimento da nova capital do estado de Goiás, Goiânia. Este projeto, contudo, desde sua criação vem sofrendo grande pressão do espaço urbano que o cerca principalmente pelos bairros vizinhos.

De acordo com Barbosa (2011), um ano após a inauguração do Jardim Botânico de Goiânia tiveram início as primeiras invasões na área e no governo de Nion Albernaz chegou a ter 800 famílias que ocupavam o espaço, descrevendo um quadro de degradação e desmatamento, prejudicando significativamente as nascentes do Córrego Botafogo.

Outro fato é a instalação pela prefeitura dos viveiros da COMURG, na Área II o que ocasionou mais retirada de vegetação nativa e a alteração do curso d'água, para a molhagem das plantas ali cultivadas e para abastecer parte das arborizações da cidade.

Ainda pela prefeitura, nos anos 1980 a Área I também passa a ser utilizada para plantação de hortaliças, esta encerrada apenas em 1998. Neste contexto, o JBAHT sofre uma deturpação de seu sentido original ocasionado pelo conflito de

interesses não apenas social, mas do próprio município que tem destinado a área para outros fins.

É dentro deste confronto de interesses que se procura analisar o JBAHT, e para isso aplicou-se questionários, sobretudo para a população residente na região sul, onde se localiza o Jardim Botânico do município.

Três setores foram levados em consideração para esta pesquisa já que delimitam esta área de conservação em toda sua extensão, são eles: Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico e Jardim Santo Antônio. São locais com mais de quarenta anos de existência, apresentando grande número populacional como pode ser atestado pelos dados do IBGE. A região sul, apresenta ainda um dos maiores índices populacionais do município segundo dados da SEPLAN-GO. Nas imagens a seguir pode-se visualizar melhor as áreas adjacentes ao JBAHT tomando por base imagens áreas (Figuras 03).

**Figura 03. Vista Panorâmica JBAH-2012**

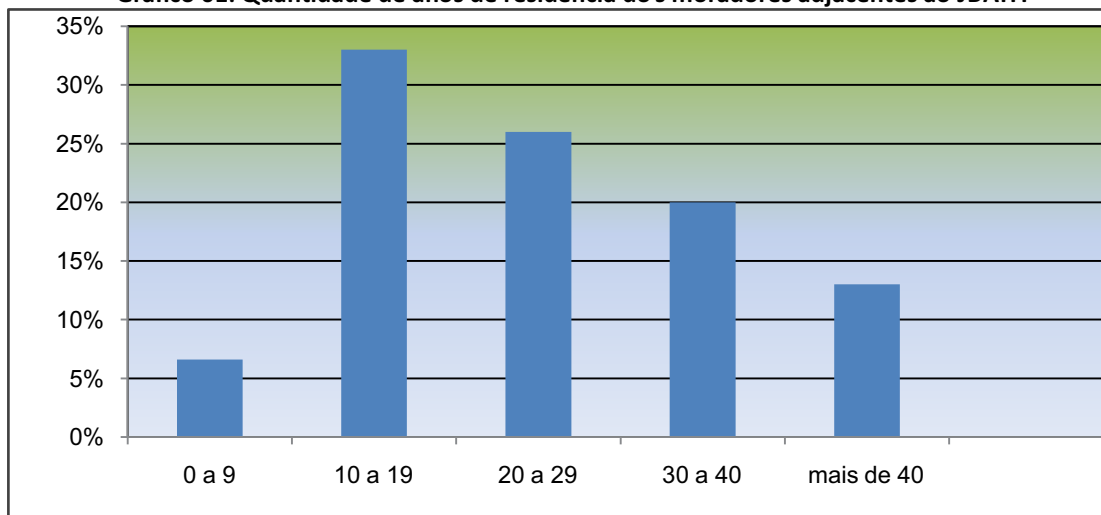


Fonte: Google Earth - março de 2012.

A partir das duas imagens do Google Earth e reportando-se ainda à imagem 01 que contém a localização dos bairros do entorno do JBAHT, percebe-se que este encontra-se cercado por uma densa malha urbana próxima ainda do município de Aparecida de Goiânia. Por meio das entrevistas

realizadas entre os moradores, vê-se qual a percepção que os mesmos possuem a respeito deste lugar. Assim, realizaram-se ao todo quinze entrevistas, sendo cinco para cada um dos três setores considerados para este estudo (Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico e Jardim Santo Antônio).

**Gráfico 01: Quantidade de anos de residência dos moradores adjacentes ao JBAHT**

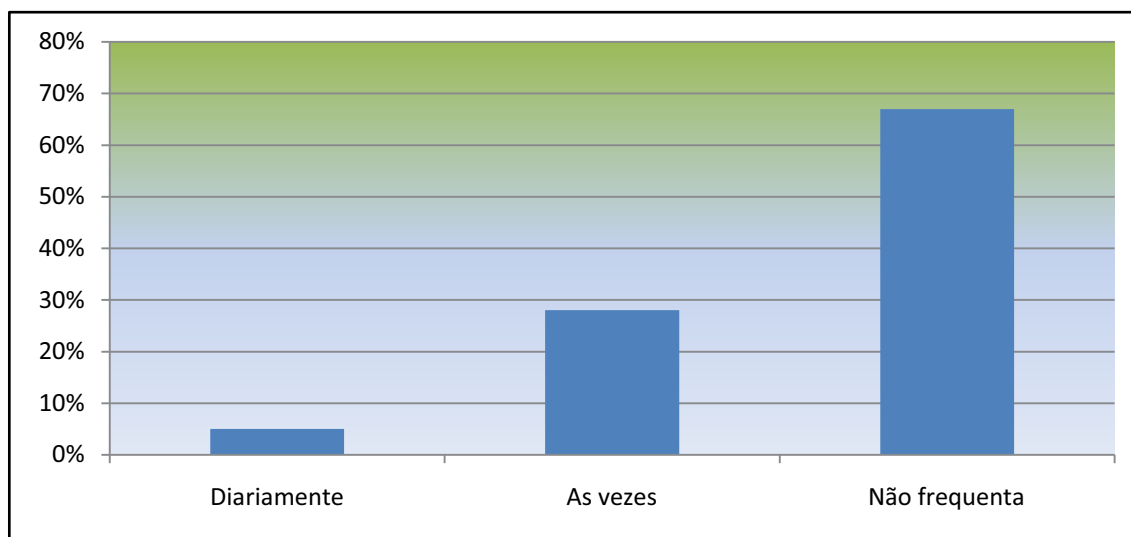


Fonte: Trabalho de campo - 01/12/2012.

A maior parte dos entrevistados (65%) possui apenas 8 anos de estudos, o que corresponde ao ensino fundamental, resultado este significativo para a faixa de idade dos entrevistados onde 60% possuem mais de 50 anos de idade. Ao

serem questionados sobre os motivos que os levaram a residirem no local, as respostas foram variadas como: na época era barato, tinha área verde. Embora morem bem próximos ao bairro, os moradores não têm o costume de frequentar o JBAHT.

**Gráfico 02: Gráfico de frequência de visitação ao JBAHT**



Fonte: Trabalho de campo - 01/12/2012.

Sobre os locais que alguns ainda frequentam, o lago é o local mais visitado. Este fato se deve, segundo esta pesquisa, por ser uma área considerada mais bonita e também, como podemos constatar, por ser mais aberta.

Os moradores afirmaram que um dos motivos para não frequentarem o JBAHT é que consideram o lugar violento, perigoso, principalmente na parte da mata, uma vez que o local se tornou abrigo de criminosos. A percepção do Jardim Botânico por parte dos moradores do entorno “é da violência que impera ai, onde o poder público deveria cuidar mais” (fragmentos da entrevista).

Este é o grande fator que tem afastado seus frequentadores. Fica claro que as vivências e os usos das pessoas é que definem os espaços como bons ou ruins. É no dia a dia que as relações com o espaço são expressas de maneiras diferenciadas para cada indivíduo.

A visão atual do JBAHT não corresponde ao ideal de sua criação que seria trazer qualidade de vida à população em meio ao urbano. Reduto de bandidos, o JBAHT incomoda os moradores do seu entorno.

O Poder Público tem sido omissos nesta parte já que não promove ações informativas e de envolvimento participativa que visem tornar o JB mais conhecido e frequentado. Considera-se que o ideal seria reeducar e implantar ações não somente ambientalmente, mas também de caráter social. O intuito é proporcionar maior conhecimento para a população a respeito das potencialidades e atrativos presentes no Jardim Botânico, e conseqüentemente que as relações dos moradores com o mesmo sejam reafirmadas e ampliadas proporcionando uma maior conscientização e preservação da área.

### Considerações Finais

Conforme verificamos, as percepções dos moradores que residem do entorno do JBAHT demonstram que o que mais os incomoda é a violência. Esses moradores consideram que o poder público deveria gerenciar de forma adequada esse território. Os processos de transformações

que ocorrem no espaço é que definem as territorialidades para cada grupo presente. E aqui é expresso como um território de violência.

O território não se configura para todos igualmente. Aqueles que moram há mais tempo consideram as épocas anteriores melhores e mais seguras.

São poucos os que acham o Jardim Botânico bom para visitação, e isto é apresentado nas falas dos mais jovens. Fica visível que as vivências e os usos definem o espaço como bons ou ruins. É no cotidiano que as relações com o espaço são expressas de maneiras diferenciadas para cada indivíduo.

O ideal seria, por meio da educação ambiental, aumentar o conhecimento a respeito do Jardim Botânico para que as relações dos moradores com o mesmo sejam reafirmadas e ampliadas.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marize Campos. **O Jardim Botânico de Goiânia: Percepções e Fronteiras no uso do espaço pelos sujeitos sociais**. 2011. 99p. Trabalho de Graduação (Graduação em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2011.

CARLOS, A.F.A. O consumo do espaço. In: **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo, Editora Contexto, 2005, págs.173-186.

COSTA, Carolina Ferreira; OLIVEIRA, Ivanilton José. Parques urbanos de Goiânia-GO: papel social e potencial turístico. **Ra’e ga** (UFPR), v. 23, 2011. p. 317-339.

COSTA, Maria Lucia M. Nova (Org.). **Diversidade Biológica nos Jardins Botânicos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos. 2004, 99 p.

HAESBAERT, Rogério. **Terr rios Alternativos** - Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D.  reas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e fun es. Guarapuava, PR. **Ambiência** - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais. V.1 n  1, Jan/Jun. 2005, p.125-139.

LEFEBVRE, H. **La Revolución Urbana**. Madrid: Alianza. 1972

\_\_\_\_\_, **Espacio y Política**. Barcelona: Península. 1972.

\_\_\_\_\_, **A Re-Produção das Relações de Produção**.

Porto, Escorpião (1ª parte).

De La Survie du Capitalisme). Paris: Anthropos. 1973.

NEGRETO, Leandra Valéria Silva, **Moradia via Políticas Públicas um direito ao lugar: A remoção - transferência dos moradores do Jardim Botânico pra o condomínio Veredas do Cerrado**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFG-IESA, 2003.

SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1997.

AMMA. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/index.htm>>. Acessado em 02 de dezembro de 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acessado em 04 de dezembro de 2011.

Google. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acessado em 04 de dezembro de 2011.

# Considerações sobre as Políticas Econômicas do Governo de Goiás e suas Consequências no Desenvolvimento do Estado

Maico Sousa Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O estado de Goiás tem se apresentado como um capaz centro regional de crescimento socioeconômico conforme averiguado nas estatísticas das últimas décadas. A estrutura da economia estadual tem passado por significativas transformações ao longo de um passado recente e o estado assistiu de forma rápida e, em certa medida, eficiente sua transformação de exclusivo polo agropecuário a uma recente industrialização tardia, porém, que vem sendo compensada em face de suas taxas de crescimento acima da média nacional. A ação governamental na formulação de políticas econômicas com vistas ao desenvolvimento econômico a partir dos anos 1980 tem mostrado sucesso no caminho pela busca do desenvolvimento da economia e sociedade goiana. As principais conclusões são a de que o caminho percorrido na melhora socioeconômico teve significativa participação através das ações do Governo gerando incremento na empregabilidade e renda do trabalhador, bem como impulsionando com capital acessível e barato as empresas instalados na região.

**Palavras-chave:** Estímulos econômicos; Desenvolvimento; Economia de Goiás.

## Introdução

O estado de Goiás tem apresentado nas últimas décadas taxas de crescimento econômico que se mostram acima daquelas verificadas na economia nacional, a transição de economia predominantemente agrária para industrial, associada com um significativo florescimento das atividades do setor terciário, tem propiciado melhores condições na atividade produtiva da região, assim como na qualidade de vida da população do estado.

A partir de políticas econômicas desenvolvidas pelo Governo de Goiás, inicialmente nos anos de 1970 com a criação do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio - FEICOM que proporcionou

1 - Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás.  
Email: maicocarvalho@hotmail.com.

os fundamentos para o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização – FOMENTAR e que a partir de 1999 se tornou o Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODUZIR, concomitante com outros Programas desenvolvidos a partir do final dos anos 1990 foram essenciais para a industrialização e dinamização da economia Goiana, bem como na melhora da competitividade do produto produzido no estado e consequente mais adequada maximização dos recursos auferidos na produção econômica de Goiás.

Assim, o objetivo do presente trabalho é verificar o desenvolvimento e execução das políticas econômicas criadas pelo Governo estadual e os impactos e consequências no desenvolvimento socioeconômico de Goiás.

Os resultados verificados se apresentam na melhora do ambiente de realização de negócios no estado, incremento significativo no tamanho e proporção das empresas instaladas na região após a inserção dos estímulos econômicos por parte do governo estadual no período pós 1980, acréscimo na renda e melhores oportunidades na vida social dos habitantes de Goiás e concentração de recursos das políticas econômicas em algumas regiões.

## 1 - Breve histórico das políticas econômicas mundial e regional

A partir das décadas que se seguiram ao crash da Bolsa de valores de Nova York, implementação do New Deal nos Estados Unidos e término da Segunda Grande Guerra Mundial, as economias dos países industrializados e em desenvolvimento tomaram rumos que romperam o paradigma até então assistido na história econômica mundial. No período posterior ao mencionado, as economias mencionadas estiveram, em diversos aspectos, sido estimuladas e influenciadas por distintas ações colocadas em prática por governos nacionais e regionais, fatos esses que foram em grande medida influenciados pelos escritos do economista inglês John Maynard Keynes, quando da publicação de seu *The General Theory of Employment, Interest and Money* no ano de 1936 em Londres.

Keynes fora um teórico econômico cujos escritos avaliavam positivamente os efeitos dos estímulos governamentais na atividade econômica como se pode notar:

“If the Treasury were to fill old bottles with banknotes, bury them at suitable depths in disused coalmines which are then filled up to the surface with town rubbish, and leave it to private enterprise on well-tried principles of laissez-faire to dig the notes up again (the right to do so being obtained, of course, by tendering for leases of the note-bearing territory), there need be no more unemployment and, with the help of the repercussions, the real income of the community, and its capital wealth also, would probably become a good deal greater than it actually is. It would, indeed, be more sensible to build houses and the like; but if there are political and practical difficulties in the way of this, the above would be better than nothing.” (p. 129)

Percebemos que conforme Keynes (1936) os resultados das mencionadas políticas econômicas resultariam em uma maximização em níveis locais da atividade produtiva que acarretariam diminuição das taxas de desemprego, aumento real da renda das comunidades, bem como do capital local, ações essas que deveriam ser conduzidas por agentes privados em um ambiente de liberdade econômica.

O governo federal Brasileiro e também os governos de suas unidades federativas estiveram ao passo das tendências mundiais de estímulo econômico incentivando consideravelmente os meios produtivos locais de suas jurisdições. A nível nacional o país observou com entusiasmo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) em 1952, o *Plano de Metas* do Governo Juscelino Kubtischek nos anos 1950, implementação de grandes obras de infraestrutura com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, crédito agrícola do Banco do Brasil nos anos 1960-1980, bem como, no mesmo período, criação de órgãos voltados ao esforço de dinamização do desenvolvimento regional como: SUDENE, SUDAM e SUDECO, nos anos 1980 o governo federal criou ainda os Fundos Constitucionais de crédito para concessão de crédito subsidiado às empresas do interior do Brasil, a partir dos anos 1990, segundo Teixeira

e Pinto (2008, p. 8), o esforço estimulante econômico do governo se deu nas políticas de renda e distributivas, na expansão do mercado interno que foi estimulado por meio de políticas creditícias expansionistas, bem como em um aprofundamento no esforço da industrialização da economia brasileira.

## **2 - Evolução e atual conjuntura econômica de Goiás**

A região que se localiza o estado de Goiás esteve marginalmente excluída da colonização Portuguesa por mais de dois séculos após a chegada dos colonos no Brasil no século XVI, o fato ocorreu por alguns motivos dentre os quais: a distância da região e dificuldade de acesso ao litoral brasileiro e mais especificamente por causa da ausência de fatores econômicos que a priori omitiam o interesse dos colonizadores europeus.

Com a descoberta das primeiras jazidas minerais na região da atual cidade de Goiás, a partir de 1726, o povoamento da região ocorreu de forma extensiva por um período substancial da história de Goiás. Enquanto a produção aurífera se mostrava produtiva, a região passou a despertar a vinda de inúmeros movimentos demográficos humanos, incluindo mestiços, europeus e africanos, os últimos estiveram grandemente inseridos no trabalho árduo das minas goianas e sua participação foi vital para o desenvolvimento econômico no período.

Com a decadência do ouro, a produção econômica de Goiás entra em declínio e conforme relata Estevam (2008, p. 67) consolidou-se em Goiás, a partir do século XIX, o processo de trabalho: [i]pecuária extensiva-agricultura de subsistência[/i] no qual o trabalhador goiano despendia suas atividades em grandes propriedades rurais como “agregado” e em situação de semi servidão. A pecuária extensiva caracterizou-se em Goiás, dada à elasticidade de terras e de mão de obra, como a exclusiva e grande produtora de recursos, e é nela em que

a economia da região encontrou sua base, haja vista, que o gado poderia ir a pé caminhando até os centros comerciais, não havendo necessidade de grandes somas de investimento de capital e de uma infraestrutura significativa que o comércio inter-regional de outros bens requeira. Face ao exposto, a população goiana encontra na pecuária extensiva o seu trunfo de sobrevivência em meio a um contexto e situação em que os mesmos estão limitados de desenvolverem atividades de outras naturezas.

Com a introdução de sofisticadas tecnologias no campo e graças ao aumento da produtividade agrícola o uso da mão de obra laboral passou a ter ação coadjuvante na agricultura do estado a partir dos anos 1960, fato que ocorreu concomitante à instalação de indústrias e dinamização da economia do estado que passou por profundas transformações em sua estrutura através de investimentos na melhora da infraestrutura, construção de Goiânia e Brasília e maior especialização do trabalhador que passou a encontrar nos centros urbanos goianos uma melhor qualidade de vida.

Atualmente, embora a produção agropecuária seja relevante na produção econômica de Goiás e os demais setores (secundário e terciário) estejam, em certa medida, vinculados a este, a participação do setor primário passou a exercer menor participação ao longo dos últimos decênios na composição do produto interno bruto, conforme quadro 1.



**Quadro 1: Goiás - Participação dos setores econômicos no PIB, 1960-2009**

Ano	Primário	Indústria	Serviços
1960	49,5	7,3	43,2
1970	28,0	9,0	63,0
1980	27,9	21,7	50,3
1985	20,2	26,0	53,8
1990	16,0	29,2	54,8
1995	16,2	25,4	58,4
2009	14,2	27,01	58,97

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais - DCS /IBRE /FGV, Dados do IPEA e SEPLAN-GO.

Fato que, como exposto, levou a um êxodo do campo para as cidades nas últimas décadas como é possível perceber na tabela com dados estatísticos referentes à composição demográfica do estado.

**Quadro 2: Goiás - População residente urbana e rural, densidade demográfica e taxa de urbanização - 1980, 1991, 1996, 2000 - 05**

Ano	População residente			Densidade demográfica (hab / km <sup>2</sup> )	Taxa de urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural		
1980	3.120.718	2.108.049	1.012.669	9,14	67,55
1991	4.018.903	3.247.676	771.227	11,78	80,81
1996	4.514.967	3.872.822	642.145	13,23	85,78
2000	5.003.228	4.396.645	606.583	14,71	87,88
2001 (1)	5.201.969	4.559.147	642.822	15,30	87,64
2002 (1)	5.310.330	4.686.042	624.288	15,61	88,24
2003 (1)	5.419.182	4.754.520	664.662	15,93	87,73
2004 (1)	5.528.852	4.855.974	672.878	16,26	87,83
2005 (1)	5.628.592	4.927.120	701.472	16,55	87,54

Fonte: IBGE, PNAD.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007.

Através da dinamização da economia de Goiás em que em um período inferior a meio século se transforma de produtor agrícola arcaico em polo econômico com intensa diversificação de sua economia. Com isso, verificou-se a necessidade de um fator estimulante, auxiliador e financiador da continuidade e execução do processo de amadurecimento da atividade econômica no estado.

A partir do início dos anos 1980, percebendo a necessidade de programas voltados ao fomento da nascente agroindústria estadual, o governo de Goiás passou a implementar ações de fomento econômico voltados aos meios produtivos localizados no território, fato que se mostrou bem vindo naquele momento, pois, em face da extensão continental do país (e conseqüente concorrência) e das vantagens comparativas ineren-

tes a algumas unidades federativas, o estado não deveria ficar marginalizado em relação a industrialização e ao desenvolvimento socioeconômico em comparação ao restante da federação.

### 3 - Implementação e composição das políticas econômicas voltados ao desenvolvimento de Goiás

#### 3.1 - FOMENTAR/PRODUZIR

Nos inícios da década de 1980, o Governo estadual, através de sua Secretaria de Indústria e Comércio, passou a oferecer créditos financeiros de fomento destinados ao desenvolvimento e expansão da atividade industrial, assim o Programa FOMENTAR/PRODUZIR (incluindo o subprograma MICROPRODUZIR) de acordo com a Secretaria,

O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Os resultados obtidos, nestes últimos 24 anos, foi o

surgimento de um forte parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria goiana. Hoje, são milhares de empregos diretos e indiretos que confirmam a tese: "é preferível ter-se 30% de algo, que 100% de nada". A experiência obtida com o FOMENTAR possibilitou Goiás criar um novo Programa de atração de investimentos - o PRODUZIR - que está situando o Estado como uma das melhores opções para investimentos no Brasil.

Com a edição da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUZIR, bem como, as mesmas poderão reformular seus projetos dentro do FOMENTAR.

O Programa se tornou um estímulo às empresas dedicadas à produção industrial e que são motores importantes no desenvolvimento econômico regional, haja vista, que a própria agregação de valor passa a ocorrer com maior frequência no próprio estado.

No último relatório apresentado pela Secretaria de Indústria e Comércio podemos acompanhar a evolução do volume de capital emprestado às empresas do estado no período de 2000 a novembro de 2011, quantidade de empregos gerados derivados da expansão nos novos negócios, benefícios e quantidade de projetos.

**Quadro 3: FOMENTAR/PRODUZIR - Projetos, Empregos, Investimento e Benefício, 2000-11**

Ano	Número Projetos	Empregos Diretos	Investimento Fixo (R\$)	Benefício (R\$)
2000	10	478	52.377.799,00	180.623.920,47
2001	59	4.201	546.672.521,00	2.373.628.080,81
2002	83	5.283	652.165.054,00	4.211.624.932,75
2003	297	36.024	5.907.201.153,00	18.934.499.001,10
2004	217	14.625	1.831.542.697,00	14.135.228.484,48
2005	175	20.520	3.171.430.156,00	18.045.106.699,27
2006	148	21.543	5.755.673.310,00	25.683.164.900,06
2007	131	33.903	8.903.160.628,00	48.522.897.324,12
2008	114	23.186	7.754.482.499,00	36.597.822.650,08
2009	100	12.794	2.076.398.840,00	13.578.303.433,38
2010	76	6.055	710.551.265,96	4.919.167.213,18
2011* #	74	6.182	2.019.654.472,00	8.833.877.773,87
<b>Total</b>	<b>1410</b>	<b>178.612</b>	<b>37.361.655.922,96</b>	<b>187.182.066.639,70</b>

Fonte: SIC/PRODUZIR.

\* Até Novembro/2011.

# Estão incluídos 06 Projetos de Reformulação do FOMENTAR.

No ano de 2011, quanto à distribuição regional observa-se concentração dos investimentos na Região do Centro Goiano (74%), fortemente influenciada pelo município de Anápolis, em segundo lugar o Sul Goiano (18%) e o Entorno de Brasília em terceiro (4%). Ressalta-se que a Região Metropolitana de Goiânia ocupa apenas o quarto lugar (3%) dos investimentos previstos.

**Quadro 4: Regiões de Planejamento - Investimento Fixo (%)**

Investimento Fixo por Regiões de Planejamento	
Centro Goiano	74%
Sul Goiano	18%
Entorno do DF	4%
Metropolitano de Goiânia	3%
Noroeste Goiano	0%
Outras regiões	1%

Fonte: SIC/PRODUZIR.

Dos investimentos previstos em 2011 em termos setoriais, o ramo alimentício, que sempre foi destaque na cesta de investimentos, alcançou apenas o 4º lugar, com investimentos previstos (1,2%) inferior aos dos ramos Aeronáutica, Destilaria e Cimento, (40%, 34% e 18%, respectivamente).

Pode-se observar que através do Programa PRODUZIR a dinamização e o desenvolvimento socioeconômico recebe impulso em Goiás, é consideravelmente plausível a quantidade de empregos diretos gerados, bem como a expressiva inserção de capital em diferentes regiões do estado, embora a região do Centro Goiano representa de forma majoritária a recepção dos recursos.

Em face da problemática de obtenção de recursos, burocracia e consideráveis altos preços de obtenção de capital no estado e no país, o Programa Produzir se apresenta como um canal exclusivo e viável para os creditícios de financiamentos, fato que possibilita uma redução de custos e auferir competitividade ao produto goiano. Arriel

(2012) afirma acerca da flexibilidade na contratação do programa,

o PRODUZIR e o MICROPRODUZIR atuam sob a forma de financiamento de parcela mensal de ICMS, até 73% ou 90%, respectivamente, devido pelas empresas beneficiárias. Ou seja, recolhem normalmente, mês a mês, 27% e 10%, respectivamente, do ICMS devido. Os prazos de fruição do benefício variam de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculados segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento, podendo chegar até 15 anos (PRODUZIR) ou 5 anos (MICROPRODUZIR), com prazo limite o ano de 2020.

### 3.2 - Arranjos Produtivos - APL's

Além do PRODUZIR/FOMENTAR, em Goiás há o fomento aos Arranjos Produtivos Locais - que tem como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas, levando em consideração a vocação de cada região - em seis diferentes regiões do estado, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio, o objetivo desse projeto é

O fortalecimento de cadeias produtivas no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL), em Goiás, vem sendo uma das principais estratégias das Políticas Públicas de Governo e dos seus parceiros, para a promoção do desenvolvimento local e regional.

Os Arranjos Produtivos Locais, por meio de ações com base nos princípios da cooperação e da parceria estratégica, geram avanços e melhorias de qualidade, produtividade, financiamento, inovação, design e tecnologia.

Entre os benefícios de se ter um APL em um município ou região estão os da capacitação das empresas para fabricação de produtos mais adequados aos mercados interno e externo; a formação de cooperativas e/ou consórcios de exportação; e a realização de ações de promoção comercial.

Em 2013, os Arranjos Produtivos Locais, localizados no território do Goiano e que contam com o suporte e supervisão da Secretaria de Indústria e Comércio, divide-se nas mencionadas regiões:

**Quadro 5: APLS com suporte da SIC**

Programa de Arranjos Produtivos Locais	
Setor	Cidade/Região
Açafrão	Região de Mara Rosa
Artesanato Mineral, joias e gemas	Cristalina e Pirenópolis
Cachaça	Todas as regiões de Goiás
Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	Aparecida de Goiânia
Moda íntima	Pontalina e Taquaral
Moveleiro	Formosa, Rubiataba e Valparaíso

Fonte: SIC/PRODUZIR.

Através do acompanhamento, treinamento e supervisão dos técnicos da Secretaria, os empreendimentos inseridos nas cadeias produtivas dos APL's encontram apoio para sua atividade. Com isso, espera-se em uma melhor qualidade econômica e social a aqueles participantes inseridos no processo produtivo (proprietários, trabalhadores e comunidade).

### 3.3 - Crédito Produtivo

Por meio de taxas subsidiadas, as empresas de menor porte possuem a oportunidade de obter crédito acessível através do mencionada Programa desenvolvido pela Secretaria de Indústria e Comércio, como a mesma o descreve

É uma linha especial de crédito concedido pela Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

Sem burocracias, com taxas de juros baixas e garantias facilitadas. O empresário tem a seu dispor toda orientação técnica necessária através de cursos de capacitação ministrados pela equipe da Superintendência de Microempresas da SIC.

Ressaltando que o curso "Plano de Negócios para Empreendedores - PNE" é pré-requisito para o acesso ao Crédito Produtivo, sendo o único instrumento que dará direito ao empresário, com CNPJ constituído, pleitear o financiamento.

As taxas oferecidas aos empreendedores goianos se localizam vantajosamente abaixo das usuais verificadas no mercado de capitais, sendo que o limite de empréstimo é de até R\$ 20.000 e se destina especialmente ao financiamento de máquinas e equipamentos novos, móveis e utensílios novos destinados a atividades do negócio da empresa, compra de estoque, matéria prima e insumos, bem como na utilização em investimento fixo e/ou capital de giro.

Sendo lançado recentemente pelo Governo Estadual, o Programa tem por objetivo impulsionar e propiciar melhores oportunidades na obtenção de crédito com vistas à expansão dos negócios realizados em Goiás. Sem embargos, ao obter o crédito o empreendedor estará melhor confortável em sua posição de buscar novos investimentos e contrações, fatos que, impulsionam de forma sustentável o desenvolvimento econômico regional do estado.

O Programa Crédito Produtivo se assemelha em diversos aspectos ao Banco do Povo, projeto já executado pelo Governo estadual há algum tempo. Segundo a Secretária de Indústria e Comércio,

O Banco do Povo – Programa de Geração de Emprego e Renda do Estado de Goiás iniciou suas atividades em 30 de março de 1999. Nesses anos de funcionamento perseguiu a missão de promover o resgate da cidadania das pessoas carentes, incentivando o aprimoramento de suas habilidades. Com recursos financeiros do tesouro estadual, encontrou terreno fértil graças à dedicação e criatividade dos empreendedores goianos. Por todo o Estado são milhares de casos de empreendimentos que começaram com recursos mínimos, se consolidaram e transformaram o programa em referência de sucesso para o Brasil. Além de levar crédito e esperança, o Banco do Povo gera empregos e dinamiza a economia goiana, com influência substancial em diversos municípios.

O que é ?

É um programa de geração de emprego e renda, destinado a oferecer oportunidade de crédito, agregando capacitação gerencial aos pequenos empreendedores que tenham habilidades e experiência no trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio.

## Considerações Finais

O estado de Goiás por apresentar uma industrialização tardia fez com que o aumento rápido ocorrido nas últimas décadas no volume de capital na economia do estado fosse em parte destinado à ampliação dos meios de produção, fato que se transformou em elemento de crescimento socioeconômico. As políticas econômicas viabilizadas pelo governo de Goiás, por meio do PRODUZIR, APL's, Crédito Produtivo e Banco do Povo foram vitais na atração de grandes empreendimentos para a região, bem como um maior incremento na vitalidade do caixa das empresas e empresários locais que visualizavam o crescimento de seus negócios.

A transição ocorrida da majoritária composição agropecuária do PIB até os anos 1970 para maior participação dos setores secundários e terciários atualmente, esteve estritamente derivada a maiores investimentos na ampliação dos mencionados setores por último. Haja vista que no país o alto custo de contratação de financiamentos e empréstimos com o propósito de investir na ampliação e abertura de novos negócios acaba tendo sua viabilidade comprometida quando se verifica as taxas oferecidas no mercado de capitais. Portanto, quando o governo de Goiás se apresenta como credor oferecendo taxas, às vezes, abaixo do índice de inflação e em prazos de amortizações confortáveis, evidentemente, assiste-se a um incremento relevante na generalização do uso desse capital no aumento da capacidade produtiva do estado.

As ações de incentivos econômicos, em Goiás, tem se mostrado com sucesso nos últimos anos, pois tem propiciado à instalação de grandes indústrias como: Hyundai, Kia, Caramuru, Perdigão, Maeda, Braspelco, Brasfrigo, Centerpharma, Mitsubishi, Ultrafértil, dentre outras, fato que se mostrou importante pela grandeza de empregos gerados e impacto positivo nas cadeias produtivas do estado.

Em relação à concentração dos capitais viabilizados pelo governo estadual, verificamos

uma centralização dos mesmos na região do Centro Goiano (74%), isso se deve ao fato de Anápolis se localizar nesta região, sendo um município com destaque nos setores industrial. Todavia, há a necessidade de uma maior irrigação de tais recursos em outras áreas do território em especial a aquelas que se mostram menos desenvolvidas.

## Referências Bibliográficas

ARRIEL, M. F., ROMANATTO, E. e LIMA, W. M. **O programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, nº 22, set. 2012.

BEVILACQUA, L. **Incentivos fiscais de ICMS: é Goiás no front.** Website da Procuradoria Geral do Estado de Goiás. Goiânia, 2013. Disponível em <http://www.pge.go.gov.br/post/ver/162068/incentivos-fiscais-de-icms:-e-goias-no-front>. Acesso em: 23 jul. 2013.

ESTEVAM, L. A.. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money.** London, 1936. Macmillan (reimpresso 2007).

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santana. **História de Goiás.** 6.ed. Goiânia: Editora da UCG, 1991.

PASCHOAL, J. A. R. **Incentivos fiscais X Política Industrial.** Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, nº 1, jan. 2012.

TEIXEIRA, R. A. e PINTO, A.C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** Textos para discussão nº 006, UFRJ, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2012.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório do FOMENTAR/PRODUZIR - 2011.** Sistema de Gerenciamento e Conteúdo. Disponível em: [http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-06/\\_relatorio2.pdf](http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-06/_relatorio2.pdf). Acesso em: 23 jul. 2013.



### **Normas para publicação de artigos**

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

### **Padrão para envio de artigos:**

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Arial, tamanho 10, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues ao IMB, ou cópia magnética enviada para o e-mail: [conjuntura@segplan.go.gov.br](mailto:conjuntura@segplan.go.gov.br);
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto também devem ser enviadas como anexo;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor - data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

***Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan -GO.***





---

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES**  
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

---



**SEGPLAN**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
Fazendo o melhor pra você.